



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 29 de maio de 2011

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Editorial	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Frente & Perfil	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Frente & Perfil (continuação)	4
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Linhas Cruzadas	5
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Guardião da Zona Franca de Manaus	6
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Amazonidas	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Amazonas	8
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
"MP dos tablets"	9
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Constrangimento	10
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
ZFM	11
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Artesanato	12
TURISMO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Novidade	13
NEGÓCIOS E SERVIÇOS	
JORNAL DO COMMERCIO	
Estratégia & Ação	14
NEGÓCIOS E SERVIÇOS	
JORNAL DO COMMERCIO	
Estratégia & Ação (continuação)	15
NEGÓCIOS E SERVIÇOS	
JORNAL DO COMMERCIO	
Navalshore 2011	16
EMPRESAS	
JORNAL DO COMMERCIO	
Protecionismo	17
BRASIL	
A CRITICA	
Sim & Não	18
OPINIÃO	
A CRITICA	
Tablets e a bancada	19
OPINIÃO	

A CRITICA Nova tecnologia	20
ECONOMIA	
A CRITICA Nova tecnologia (continuação)	21
ECONOMIA	
A CRITICA Exigências retiram do AM capacidade de competir	22
ECONOMIA	
A CRITICA Competitividade ameaçada	23
ECONOMIA	
A CRITICA Entrevista - Manoel Cardoso "Só se essa fábrica for uma réplica do palácio de Versailles	24
ECONOMIA	
A CRITICA Sabor do Brasil	25
ECONOMIA	
A CRITICA Sabor do Brasil (continuação)	26
ECONOMIA	
A CRITICA FIEAM 2011	27
ECONOMIA	
A CRITICA FIEAM 2012 (continuação)	28
ECONOMIA	
A CRITICA FIEAM 2013 (continuação)	29
ECONOMIA	
A CRITICA Zona Franca	30
ECONOMIA	
A CRITICA Zona Franca (continuação)	31
ECONOMIA	
A CRITICA Júlio Ventilari	32
BEM VIVER	
A CRITICA Júlio Ventilari (continuação)	33
BEM VIVER	
A CRITICA Rogério Pina	34
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO Contexto	35
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO Juta e malva atraem novos investimentos	36
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Juta e malva atraem novos investimentos (continuação)	37
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Juta e malva atraem novos investimentos (continuação)	38
ECONOMIA	

DIÁRIO DO AMAZONAS	
Claro & Escuro.....	39
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Produção	40
AMAZONAS	
DEZ MINUTOS	
Artigo - Arthur Virgílio Neto.....	41
POLÍTICA	
Artigo -Marcelo Ramos	42

CAPA

Senadores acreditam na força da bancada federal

Objetivo agora é conquistar relatoria na Câmara e garantir vantagens para fabricar componentes

EQUIPE DO JJC

Senadores pela primeira vez, Vanessa Grazziotin (PCdoB) e Eduardo Braga (PMDB) estão encarando a briga contra os efeitos nocivos da MP 534 sobre a Zona Franca de Manaus. Fugindo ao clima de "terror" de alguns parlamentares locais, a senadora acredita que a bancada federal reúne condições

"Infelizmente, vários parlamentares locais estão criando um cenário de terror"

para conquistar vantagens para o Amazonas na questão dos tablets. Já o senador afirma que a luta deve ser suprapartidária e com o firme objetivo de conseguir também a relatoria da MP 534/11 na Câmara Federal para um parlamentar amazonense

Páginas A3 e A4

Editorial

Trazer indústria de componentes para o PIM não é tarefa fácil

A questão dos tablets chega ao final da primeira semana de debates e discussões, e uma certeza já desponta no horizonte: as lideranças políticas do Amazonas parecem ter reconhecido a derrota. Diante desse fato, a estratégia em destaque até a sexta-feira (27) era a de lutar pelas sobras do banquete preparado ao Estado de São Paulo e que será servido em bandeja de ouro após o decurso das tramitações necessárias da MP 534 na Câmara e no Senado Federal.

O governador Omar Aziz diz que não tem dúvida de que a presidenta Dilma "vai retribuir os votos e a confiança depositada nela pelo povo amazonense". Mas ao senador João Pedro, que foi o autor da artimanha, o ministro Mercadante, pedir orientação sobre como fazer para garantir vantagens para a Zona Franca de Manaus ante os efeitos da medida, ela foi evasiva e disse apenas que a MP não vai prejudicar o Polo Industrial de Manaus.

Pode soar como ingenuidade perguntar à raposa como impedi-la de comer todas as galinhas do galinheiro, mas é preferível acreditar que o senador amazonense procurou tratar o ministro da Ciência e Tecnologia como um "companheiro" de partido e de governo, da mesma forma que se nota em toda a bancada federal a intenção subjetiva de não melindrar a relação situacionista dos seus membros com o governo federal.

Disso resulta que o objetivo da luta se transfere para o campo dos

acordos possíveis ante a supremacia do adversário, já dado como vencedor. O que não será uma tarefa fácil, haja vista que a proposta defendida de barganhar vantagens à Zona Franca para a produção de componentes do produto principal esbarra numa série de conceitos já definidos como fundamentos básicos na moderna era industrial. Só para ficar num deles, os grandes empreendimentos em setores como a alta tecnologia se orientam pelo princípio do cluster industrial, que em resumo "é uma concentração de empresas que se comunicam por possuírem características semelhantes e coabitarem no mesmo local". Com isso adensam a cadeia produtiva aumentando a produtividade e reduzindo os custos.

Uma indústria do porte da Foxcon dificilmente formaria um cluster com a produção de componentes localizada a 2.800 quilômetros de distância da fábrica principal. Portanto, o que parece simples na retórica política, pode ser uma corrida de obstáculos.

Frente & Perfil

Senadora confia na proposta da bancada

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) aposta na força do governador Omar Aziz e da bancada federal do Amazonas para amenizar os efeitos da MP 534 sobre as vantagens comparativas da indústria eletroeletrônica da Zona Franca de Manaus. “Vamos tentar ganhar vantagens na produção de componentes para os tablets”, disse ontem a senadora, convencida de que a proposta que vai ser levada pelo governador à presidenta Dilma Rousseff na reunião do final do mês é tecnicamente consistente e politicamente viável. Um dos pontos que contribuem para o otimismo da senadora é o fato da indústria de alta tecnologia local possuir hoje “uma mão de obra altamente qualificada para esse tipo de produção”. Sobre o fato destacado pela imprensa de Brasília a respeito da evolução das novas tevês, que cada vez mais se parecem com os tablets e que poderiam em breve entrar nos incentivos da MP, Vanessa disse que não causa preocupação. “A produção de tevê no PIM está blindada”, disse.

Frente & Perfil (continuação)

VIOLÊNCIA

“Hoje é mais difícil ser jovem em Manaus do que no Rio de Janeiro e em São Paulo. O índice de assassinatos de jovens aqui é maior do que lá” - frase do deputado Luiz Castro (PPS). Segundo ele, o Mapa da Violência 2011 mostrou que Manaus é a 15ª capital mais violenta para os jovens, à frente das duas grandes capitais do país.

#

PASSAPORTE

O setor de expedição de passaportes da Polícia Federal em Manaus está dando um exemplo de serviço público de qualidade. Para quem precisar tirar ou

trocar o passaporte, gentileza, educação e rapidez são palavras de ordem. Merecem os parabéns pelo bom serviço.

#

PORTO

Manaus só vai diminuir os custos de logística de transporte quando tiver um porto à altura do seu desenvolvimento industrial e comercial. O PIM trabalha com grandes volumes de importação e exportação e precisa de uma estrutura portuária à altura. Hoje alguns tipos de transporte são mais baratos da China para Manaus do que daqui para São Paulo.

#

CRÍTICAS

Há rumores de que a senadora Vanessa (PCdoB) anda preocupada com o colega João Pedro (PT), que estaria agindo contra o seu trabalho parlamentar, disseminando comentários negativos à sua “falta de ação”.

#

PUNHALADAS

Secretário da Sepror Eron Bezerra (PCdoB) acha que o Amazonas deve buscar um caminho de independência em relação à Zona Franca. “Não podemos viver 24 horas por dia em sobressalto com os ataques e as punhaladas”.

#

Linhas Cruzadas

com técnicos do Ministério de Indústria e Comércio para saber o que o Amazonas pode fazer para reduzir os impactos negativos da MP 534 no PIM. Em almoço com a presidenta Dilma na quinta-feira (26) o senador diz ter ouvido dela que o polo não será prejudicado.

ESTRADA

Segundo o ministro Alfredo Nascimento, “todos os esforços têm sido feitos no sentido de propiciar a melhor rodovia (BR-319) para a população”. Ele garantiu, em entrevista ao Portal Amazônia, que a estrada vai estar totalmente pronta em junho de 2014 e adiantou que o governo deve investir R\$ 696 milhões para concluir a estrada.

IMPACTOS

Senador João Pedro manteve reunião com o ministro Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia) e



OMISSÕES

Do ex-senador Arthur Neto: “A Zona Franca de Manaus, que não perdoa omissões, está numa encruzilhada. As soluções passam por mais que meias soluções para livrar a face política de quem quer que seja”. Arthur, que está em missão diplomática em Portugal, é lembrado como o político que poderia decidir o jogo a favor do Amazonas.

Guardião da Zona Franca de Manaus

Antonio Rodrigues

A sabedoria popular diz que quem cala consente, quem não deve não teme, muita reza até os santos desconfiam, alegria de pobre dura pouco e que toda unanimidade é burra. Ainda bem que não houve unanimidade no Amazonas. No entanto, foi o Estado da federação onde a candidata a presidência da república obteve a maior votação proporcional do País, um feito que foi amplamente divulgado e que chegou a ser motivo de orgulho para muitos, especialmente para maioria das nossas lideranças políticas que regozija-

vam com as palavras empenhadas pela então candidata Dilma, de que o nosso principal modelo econômico, a Zona Franca de Manaus estaria garantido por mais 50 anos.

Isto se votássemos maciçamente na candidata Rosset, porque do contrário, se votássemos no candidato tucano José Serra e ele fosse eleito, iríamos ver a bancarrota, o fim da Zona Franca de Manaus e assim, ver também grassar o desemprego e o Amazonas retroagir ao porto de lenha que foi no passado. Pois bem, Dilma eleita e impos-

sada, tudo erra alegria e o que se via eram sorrisos de orelha a orelha, esquecendo os adágios populares que relacionamos e que pode ser resumido naquele que assegura que a alegria dos pobres dura pouco.

Mais uma vez a sabedoria popular se confirma, porque passados apenas sete meses do resultado eleitoral favorável a Dilma Rosset, veio aquilo que popularmente é conhecido como pemed e rasteira. Ou seja, a traição, a quebra da confiança a caprichosa vingança. O então Presidente da República Luiz Inácio da Silva ficou tiritica, morrendo de ódio, porque

o respeitado e competente senador amazonense, o tucano Arthur Neto, que na qualidade de líder da oposição, comandou todas as articulações que resultaram na extinção da CPMF (Contribuição sobre a Movimentação Financeira).

Luiz Inácio se despiu da condição de mandatário da Nação, virou um cabo eleitoral e investiu tubos de dinheiro, para deixar Neto, como carinhosamente os amazonenses os tratam, sem mandato no Senado Federal. E nós, tais quais os meninos bari- gados cheios de verminoses que não resistem à oferta de um caramelo, um bombom qualquer

para alimentar suas verminoses, caímos iguais aos patinhos no conto eleitoreiro.

É necessário dizer que não estou falando sobre um Dom Quixote, mais sim, de quem parava o Congresso Nacional todas as vezes que a Zona Franca de Manaus era ameaçada. Dá até para parafrasear um trecho da música, E Agora José. Agora, até adversários políticos do ex-senador da república Arthur Virgílio, ao ver a inércia que contagiou nossos representantes no Congresso Nacional que permitiram a edição de duas MPs Medidas Provisórias, que de provisória so-

tem a nomenclatura, acabando com as vantagens comparativas da ZFM, atendendo ao desejo arraigado do milionário Estado de São Paulo, reconhecem que ele era o guardião da ZFM no congresso.

Sinceramente, espero que não tenhamos, em breve dias razões para chorar sobre o leite derramado e para a creditarmos que a alegria dos pobres não dura pouco.

ANTONIO RODRIGUES é jornalista servidor público da Diretoria de Comunicação da Câmara Municipal de Manaus.

Amazonidas



OZÓRIO FONSECA

Para onde vamos?

É difícil, para qualquer cidadão amazonense, prever o futuro do Estado desde as Medidas Provisórias, tanto a que foi traicocirmente assinada por Lula da Silva nos últimos dias de seu (des)governo, como a que foi editada por Dilma Rousseff na última sexta-feira. Ambas atingem com golpes duros o PIM, que é a única coluna de sustentação do modelo Zona Franca de Manaus.

Sou um contestador do modelo implantado (modelo barata voa) por ele ter desprezado o viés agropecuário que é um importante caminho para o uso adequado de nossa biodiversidade, matéria-prima essencial para um polo de bioindústrias cujos produtos não têm competidores no mercado mundial.

A verdade é que o modelo industrial da ZFM copiou a ideia das Empresas Coloniais usado pela primeira vez na América do Sul pela Holanda, que resolveu seus problemas de natureza social, econômica, política e de soberania vendendo sua Colônia, em 1683, para a Sociedade do Suriname.

Essa empresa implantou um sistema agrícola - "plantations" com mão de obra escrava, conseguindo melhorar a economia, minimizando os conflitos sociais ameaçadores

da soberania holandesa sobre sua possessão sul-americana.

O modelo copiado

No Brasil Colônia, as Capitânicas Hereditárias foram a versão lusitana das Empresas Coloniais cuja origem histórica é a Companhia Inglesa das Índias Ocidentais criada por Carta Patente emitida pela Rainha Elizabeth, em 31/12/1600, autorizando-a a realizar negócios pelo mundo buscando o lucro de forma implacável. O equívoco português foi entregar o comando das Capitânicas, da economia e da política, a militares, funcionários públicos, nobres de menor importância hierárquica e a degradados, esses últimos especialmente recomendados por D. João IV para povoar o Norte do Brasil.

No Brasil "independente" o modelo foi inserido pela Constituição Federal de 1946 que, em seu artigo 199, regulamentado pela Lei nº 1.806/1953 criou a Spvea, transformada em Sudam, em Ada e em Sudam (de novo?!), cuja finalidade principal (única) era (é) distribuir incentivos fiscais e financiamento para empresas privadas (coloniais) salvando a Amazônia da desintegração física, socioeconômica e dos conflitos decorrentes que sinalizavam o fantasma da internacionalização, inaceitável para a ditadura militar. A internacionalização, hoje, recebe a denominação de governança global.

O Distrito Agropecuário

No início da década de 1970, eu era vice-diretor do Inpa - à gestão de Paulo de Almeida Machado- e participei da solenidade realizada no quilômetro 45 da Rodovia BR-174, quando o coronel Floriano Pacheco fez a doação de uma área ao Instituto, para realização de pesquisas com a biodiversidade, especialmente recursos florestais, com esse ato fixando o viés Agropecuário definido no Decreto 488/68.

O resultado

Naquela área o Inpa implementou a Estação Experimental de Silvicultura Tropical, Estação Experimental de Fruticultura, Estação de Manejo Florestal e a Reserva Biológica de Campina e as pesquisas ali realizadas revelam importantes caminhos para uso da biodiversidade, mas quem quer saber?

Além do Inpa áreas também foram doadas à Ceplac, Embrapa e Ufam cujas pesquisas oferecem resultados que podem ser usados em um Polo de Bioindústrias, mas quem quer saber?

Do outro lado da história, em 2004, o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior divulgou um documento informando que, em 37 anos o governo brasileiro investira US\$ 23 milhões no Distrito Agropecuário. Esse valor representa um aporte ridículo de US\$ 622 mil por ano, ou US\$ 52 mil por mês, mas quem quer saber?

Como a área total do Distrito é de 589.334 hectares, aquele "investimento" desprezível representa US\$ 39/hectare/37 anos ou insignificantes US\$ 1.05/ha/ano, mas quem quer saber?

O mesmo documento informa que os US\$ 23 milhões foram utilizados para a abertura de vias internas e estradas federais e estaduais, além de linhas de eletrificação. A história mostra que esse relatório é mais uma bravata ou pavulagem do governo Lula da Silva, pois os projetos do Inpa ficaram parados alguns anos pela impossibilidade de acesso pela rodovia BR-174 e a pela falta de energia. E, mesmo que ninguém queira saber, volto ao assunto e à verdade, na próxima semana.

Esta coluna é publicada na edição do final de semana e é elaborada sob a coordenação do professor da UEA e ex-diretor do Inpa Ozório Fonseca ozorio@netlum.com.br

Amazonas

Linhão de Tucuruí impulsiona investimentos no interior

Antes mesmo de sair do papel, ligação do Estado ao sistema elétrico nacional já está atraindo empreendimentos a seu traçado, a exemplo de uma fábrica de cimento em Parintins, prometida para 2013

Por MARIA DEZI

Durante a coletiva de imprensa de apresentação da futura Fábrica de Cimento da Amazônia, a ser instalada em Parintins (a 368,8 km de Manaus, em linha reta), em dezembro de 2013, foi apresentado o novo mapa com as modificações pertinentes ao trajeto do Linhão do Tucuruí, para atender a demanda energética necessária para instalação de fábricas de mineração no baixo rio Amazonas.

O trajeto adicional de 600 km e com custos de até R\$ 750 milhões a R\$ 1 bilhão, apresentado pelo secretário de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos do Amazonas, Daniel Navas, deve partir de Oriximiná, seguindo até Juruí e, depois, pela margem direita do Amazonas, chegar à Vila Amazônia, em Parintins. "Uma fábrica de cimento necessita de energia. E a energia do Linhão passa pela margem esquerda do rio. Nós precisamos

instalar a fábrica no lado direito do rio, na Vila Amazônia, em Parintins. A partir disso, passou-se a tratativa da liberação do governo para propor um novo linhão que saísse da linha principal que vem desde Tucuruí-Macapá-Manaus", disse.

Segundo Navas, a ideia é fazer com que esse linhão chegue em Urucurituba (a 212 km da capital), se juntando a um novo linhão que sairá de Silves (a 203 km), atravessando o rio Amazonas, chegando também a Nova

do Ministério de Minas e Energia e também a construção de uma agenda positiva entre Pará e Amazonas. "Queremos viabilizar energia aos projetos de mineração e indústria de transformação mineral que querem se implantar na região do médio e baixo rio Amazonas. Mas, queremos, principalmente, consolidar a indústria amazonense", garantiu Navas.

Agenda positiva

A agenda positiva entre Pará e Amazonas está focada em Juruí, município que faz fronteira entre os dois Estados onde instalado o projeto da Mineradora Alcoa -que desenvolve a produção de alumínio para beneficiar o Maranhão. "Eles querem uma fábrica de transformação mineral no Pará. Então, vamos juntar duas demandas importantes para o setor de mineração que vai depender da relação energética comum entre Amazonas e Pará para gerar energia a Juruí e Parintins", explicou.

Navas reconhece que a empreitada implica novos aportes de capital. "Esses investimentos vão depender do tipo de linhão e da carga que vai sair, se vai ser de 138, 230 ou 500 MW. Vamos decidir se isso vai ser licitado pela Eletrobras ou tocado pela distribuidora Amazonas Energia", salientou o secretário de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos do Amazonas.

Meta, segundo Daniel Navas, é atender também as demandas de dois projetos de mineração de silvinita, um em Autazes e outro em Nova Olinda

Olinda do Norte (a 138 km), Autazes (a 118 km) e Itacoatiara (a 170 km). A meta é atender também as demandas dos dois projetos de mineração de silvinita. Um é desenvolvido em Autazes, pela Potássio do Brasil, e o outro em Nova Olinda do Norte, pela Petrobras.

Para conquistar esse objetivo, segundo Navas, há uma sinalização positiva do diretor Ademir Palocci na condução política dessa questão dentro

Fábrica de Parintins quer faturar US\$ 36 mi

Em se tratando de indústria de transformação e com previsão de investimento inicial de R\$ 400 milhões, a Fábrica de Cimento Forte Amazônia pretende ter uma produção diária de 4.000 toneladas, para distribuição para todo o Amazonas e geração de 5.500 novos postos de trabalho, entre diretos e indiretos, aproveitando exclusivamente a mão de obra local.

Segundo o presidente do Grupo Sanavi, Cipriano Sa-

bino de Oliveira, as minas de calcário de Nhamundá (a 375 km de Manaus) têm capacidade para 150 anos de extração. "Apostamos nessa promessa do Governo do Estado de que a geração de energia vai chegar a Parintins. Queremos colaborar com o desenvolvimento do Amazonas e vamos atender todos os municípios com cimento para vender. Assumi esse compromisso com o governador. A fábrica já

está comprada, com todo o maquinário para a instalação em 2013", prometeu.

O executivo declarou também que será feito um estudo para que o preço do cimento esteja adequado à região. "O mercado vai ficar com quem tiver melhor condição de atender e de ter preço menor. E a nossa fábrica vai ter condição de vender o cimento ao menor preço. Esperamos um faturamento de US\$ 36 milhões", concluiu.

"MP dos tablets"

Vanessa diz que bancada já estuda compensações

A senadora garantiu que os parlamentares do Amazonas estão agindo e disse que o Estado já não pode brigar por exclusividade da ZFM, mas sim por compensações

Por Juscelino Taketomi
Especial para o JOC

A parte o "clima de terror" com que alguns parlamentares locais procuram conturbar o ambiente causado pelos impactos da edição da Medida Provisória 534/11, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) afirma que a bancada federal do Estado no Congresso Nacional reúne condições para que a Zona Franca de Manaus produza componentes de tablets e não perca vantagens comparativas em relação às outras regiões do país. "Infelizmente, vários parlamentares locais estão criando um cenário de terror e dizendo que a presidente Dilma Rousseff enganou o Amazonas ao prorrogar a nossa Zona Franca, mas tirando a sua competitividade", reclama Vanessa.

Segundo Vanessa, a escolha de Eduardo Braga (PMDB) para relatar a matéria no âmbito do Senado é uma conquista positiva para o Amazonas na luta para amenizar os efeitos nocivos da MP. "Trabalhamos para que haja acréscimos, para



Foto: Agência Senado

Grazziotin culpou governo FHC (que criou a Lei de Informática) pela crise da ZFM hoje

que a gente possa mudar originalmente a lei, pelo menos no que se refere ao produto tablet, porque ele se aproxima muito de uma televisão, temos que mudar alguma coisa com relação a produção dos tablets para que a Zona Franca de Manaus possa competir", expressa a senadora, ressaltando que as articulações para virar o jogo no Congresso começaram a ser feitas na noite de quarta-feira quando o governador Omar Aziz reuniu os oito deputados federais e os três senadores do

Estado em Brasília para traçar a estratégia a ser seguida nas próximas semanas.

Vanessa diz que a estratégia visa a sensibilização do Palácio do Planalto sobre os direitos da ZFM de produzir componentes de tablets.

"Não dá mais para a nossa bancada lutar pela exclusividade da Zona Franca enquanto centro produtor dos tablets, e essa condição nós perdemos na década de 1990, quando o presidente da República era Fernando Henrique Cardoso",

disse, referindo-se a criação da lei de informática em 1991, na verdade, durante o governo Fernando Collor de Mello, mas consolidada em 1999 no período FHC, que desonerou a produção a produção de tablet no país inteiro.

É preciso esclarecer, conforme a senadora, que a ZFM não perdeu nada com a MP dos tablets, "apenas deixou de ganhar". Para ela, a presidente Dilma Rousseff está sendo injustamente criticada pelos parlamentares de oposição no

Estado, já que a produção nacional dos tablets remonta a aprovação da lei de informática no final dos anos 90. "Quem editou a lei de informática não foi Dilma, isso ocorreu há pouco mais de vinte anos", explica.

"O tablet é uma caixinha, um mini computador, sem teclado aparente, embutido, que a MP 534 incluiu como um bem de informática", comenta, assinalando que as emendas da bancada federal amazonense ajudarão a fazer com que pelo menos os componentes do produto sejam fabricados em Manaus.

Ela lembrou que a última reunião do CAS (Conselho de Administração da Suframa) aprovou o PPB (Processo Produtivo Básico) para a produção dos tablets no PIM (Parque Industrial de Manaus). "Agora, com uma nova regra geral e um outro PPB (MP 534) valendo para o Brasil inteiro, a gente tem que ter cuidado, mudar algumas coisinhas, acertar alguns itens, para que o nosso PPB, já aprovado no âmbito da ZFM, garanta às empresas condições melhores para a produção de alguns componentes de tablets", observa.

Diante da realidade política imediata, Vanessa considera ser "hora de trabalharmos para que o nosso PPB seja mais competitivo do que o PPB nacional, para que a gente recupere as vantagens comparativas, nós temos um parque fabril bem evoluído e uma mão de obra muito capacitada para produzir os componentes dos tablets, podemos ainda ganhar muito", acredita.

A luta agora é para inserir a ZFM na fabricação de tablets

Para o senador Eduardo Braga (PMDB), a luta da bancada federal do Estado no Congresso deve ser suprapartidária e com o firme objetivo de conseguir a relatoria da MP 534/11 na Câmara Federal para um parlamentar amazonense, a exemplo do que aconteceu no Senado quando a escolha recaiu sobre o próprio Braga, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. "Relatores do Amazonas no Senado e na Câmara farão com que se debata nas duas Casas do Congres-

so as oportunidades de geração de empregos também nesse segmento de informática", assinala.

De acordo com Braga, a luta agora será no sentido de inserir a Zona Franca de Manaus na fabricação de tablets, e lembrou recente reunião do CAS, onde a empresa CCE da Amazônia S/A Eletroeletrônicos teve aprovado um projeto para fabricar tablets no Brasil. Ele informa que as emendas à MP 534 deverão ser apresentadas até esta segunda-feira (30) e se afirma otimista

sobre um resultado satisfatório em favor das vantagens comparativas da ZFM. Segundo o senador, o problema é técnico e político. E explicou: "A MP 534 zera PIS e Cofins para o varejo. Então, nós temos agora que negociar para fazer com que PIS e Cofins se estendam não apenas para o varejo, para o comércio, mas também para a fabricação de tablets. Ao gerar este crédito na fabricação, e a isenção na fabricação, nós começamos a ajustar a competitividade", sa-

lienta, argumentando também em favor da necessidade de que as negociações facilitem "ajustes" no Imposto de Renda visando a fabricação de tablets.

"Tudo isso nos ajudará a equilibrar o jogo", frisa. Preocupado com os tablets, o senador, no entanto, não esconde sua apreensão com relação a ameaças futuras a indústria de celulares no PIM. "Há outras questões como os celulares, temos a Nokia e a Samsung produzindo celulares fora de São Paulo, produzindo

aqui em Manaus. A indústria de celular é uma das que mais geram empregos hoje na ZFM, a indústria de componentes, montamos as placas-mãe em Manaus, e os carregadores de bateria de celular são fabricados em Manaus graças a uma lei que nós ajustamos em 2003, que criou um arranjo fiscal para componentes na ZFM, precisamos valorizar e defender bem isso", explicou o senador.

Mais informações sobre o assunto na página A4.

Constrangimento

MP dos tablets provoca reação do PT no Estado

Petistas amazonenses são questionados acerca do projeto que prejudica o Estado que mais deu votos à Dilma

Por Joelma Muniz

A MP (Medida Provisória) 534, famosa medida dos tablets, tem dado muita dor de cabeça para a bancada federal do Amazonas em Brasília. Os deputados e senadores sofrem uma série de acusações pelo tímido desempenho contra a MP, embora não sejam os únicos criticados. As responsabilidades também estão sendo divididas com governo federal, comandado pela presidente Dilma Rousseff (PT) que, mesmo tendo recebido apoio esmagador da população amazonense, autorizou a aprovação da medida.

Mesmo os correligionários do PT não concordam com a iniciativa e apoiam que Adin's (Ações de Diretas de Inconstitucionalidade) sejam elaboradas pelas Casas Legislativas do Estado.

O primeiro a dar sinais de descontentamento foi o deputado estadual José Ricardo Wendling (PT), o parlamentar realizou na última semana indicação para que a Aleam (Assembleia Legislativa do Estado) e o governo do Amazonas ingressem com ações no STF (Supremo



Foto: Arquivo JBC

A chamada MP dos tablets tem mobilizado políticos amazonenses no Congresso

Tribunal Federal) contra a decisão.

Para o parlamentar, a postura da presidente Dilma pode estar relacionada a uma possível "falta" de atenção para as questões relacionadas às perdas econômicas do Estado. José Ricardo defende que o governo realize discussão ampla e técnica com a sociedade para que sejam pensadas novas alternati-

vas econômicas para o Estado, além da Zona Franca de Manaus, constante alvo de golpes políticos, como a indicação do senador José Sarney (PMDB) para a criação de uma Zona Franca na cidade de São Luiz, no Maranhão.

"Essa medida não leva em consideração as necessidades no Amazonas. Precisamos de ações estruturantes e de gover-

no para traçar o planejamento econômico e de desenvolvimento para o futuro. Não podemos estar sempre na dependência desse atual modelo ZFM", enfatizando que o atual grupo político está no poder há 28 anos e somente traçou ações temporais, como o Programa Zona Franca Verde.

Já seu colega de partido, vereador Waldemir José (PT),

afirmou em entrevista ao *Jornal do Commercio*, que a MP autorizada pelo governo federal, é

José Ricardo alega que foi falta de atenção de Dilma e Waldemir José quer diferenciar o governo do partido-PT

inoportuna e precisa ser revista.

Porém, Waldemir salienta que se faz necessária a diferenciação entre o governo federal e o partido PT, segundo o parlamentar, Dilma não seria irresponsável a ponto de não pesar os efeitos de sua decisão. Entretanto, Waldemir lembra que a situação não foi discutida de forma interna no PT, e que por isso não conhece o posicionamento da chefe da nação.

"Tenho tentado contato com o senador João Pedro (PT), que hoje está mais próximo a presidente, contudo até ontem (quarta-feira), não obtive êxito", frisou.

A reportagem do JBC tentou contato com o senador petista João Pedro, mas não obteve resposta.

ZFM

Sob fogo cerrado, Amazonas luta para manter modelo

Lideranças do PIM e autoridades políticas mobilizam-se para evitar novas perdas diante da MP 534 e das propostas da Reforma Tributária

Por LUANA GOMES

Entre medidas provisórias e Reforma Tributária, o Amazonas fica sob a mira de 'balas' e parece perder em todos os lados. Assim como os representantes de outras regiões no Brasil se 'armam' para defender seus territórios, o Estado se prepara para uma batalha que põe a ZFM (Zona Franca de Manaus) em xeque.

O secretário executivo da Sefaz (Secretaria do Estado da Fazenda), Thomaz Nogueira, comenta que as revisões tributárias, na tentativa de simplificar o sistema e combater a guerra fiscal, são vistas com 'bons olhos'. Contudo, a polêmica proposta de zerar o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) pode comprometer o principal atrativo do PIM (Polo Industrial de Manaus), ainda mais com suas excepcionalidades logísticas.

Em um período que o Polo já perdeu a competitividade para produzir os fêchets do momento, os tablets, por conta da MP 534 que isenta o PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) de 9,25%, há

necessidade de agir com maestria neste 'campo minado'.

Por isso, no final de semana anterior, o governo estadual, representado pelo vice-governador José Melo, participou de um encontro com os dirigentes dos nove Estados da Amazônia Legal, para discutir sobre a reforma e encontrar um ponto conciliatório que defenda os interesses regionais, evitando a desindustrialização de suas economias.

Além das autoridades políticas do Estado, os representantes industriais também estão fazendo sua parte, articulando junto aos parlamentares para desenvolver propostas que permitam aos empreendimentos do Amazonas manter a concorrência com o mercado nacional.

O assessor econômico da Fieam (Federação da Indústria do Amazonas), Gilmar Freitas, argumenta que os planos para reduzir ou até mesmo anular o impacto da propositura apresentada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) ainda não podem ser antecipados, para que não haja tempo de realizar um contra-argumento antes das discussões finais.

Freitas esclarece que a entidade está atenta quanto à questão da Reforma Tributária,



Foto: Walter Mendes

MP dos tablets e proposta de zerar o ICMS ameaçam tirar mais vantagens da ZFM

ria, e conta com um assessor em Brasília para acompanhar as discussões, pois a unificação da alíquota interestadual trará um grande 'desconforto' à Zona Franca de Manaus.

Por sinal, o assessor tanto da entidade quanto do Cieam (Centro da Indústria do Estado do

Amazonas), Saleh Hamdeh, esteve presente na reunião realizada ontem na sede da Federação, na qual também estiveram presentes a senadora Vanessa Grazziotin (PC do B), o deputado federal Pauderney Avelino (DEM) e outras lideranças empresariais.

O assunto foi um dos pontos

do encontro e Hamdeh argumentou que, apesar de o Brasil possuir outras alternativas de crescimento, o Amazonas depende da indústria. O presidente do Sinaees/AM (Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas), Wilson

Périco, alertou que a diminuição das vantagens comparativas impulsionará a perda de empresas e, consequentemente, dos empregos gerados na região. Para a senadora, se São Paulo tiver o dobro de vantagens fiscais, o Amazonas deve ter o triplo, por conta dos custos logísticos.

Perda de receita

A arrecadação de tributos também sofrerá retração, caso seja aprovada a medida que prevê a mudança da cobrança do ICMS para a cidade de destino. Isto porque a produção do Polo é destinada, principalmente, para consumo nacional, sendo assim, não haverá ganho para o Amazonas.

Até março, de acordo com os indicadores da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), 80,69% do faturamento do Polo Industrial de Manaus (US\$ 9,38 bilhões) foi impulsionado pelo montante nacional (US\$ 7,56 bilhões).

No dia 7 de junho, em Brasília, está marcada uma reunião dos governadores da região Norte e Centro-Oeste com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para retomar os debates sobre a Reforma Tributária.

Indústria não foi ouvida para a construção do PPB dos tablets, reclama Fieam

Em reunião na sexta-feira, 27, na sede da Fieam, com a senadora Vanessa Grazziotin (PC do B) e o deputado federal Pauderney Avelino (DEM), lideranças empresariais do PIM pediram mais empenho e união da bancada amazônica na defesa do modelo ZFM (Zona Franca de Manaus).

A MP 534, que desonera a produção dos tablets em todo o país, e a Reforma Tributária dominaram as discussões.

O presidente da Fieam, Antonio

Silva, que também mencionou a MP 517 como outra ameaça à ZFM, indagou sobre como ficarão os demais setores implantados no parque fabril da capital amazônica.

"Sabemos que o mercado de produtos cada vez mais converge para a tecnologia da informática e quando assim caracterizados, perdem, no nosso modelo de política industrial, todas as vantagens fiscais comparativas com outras unidades da federação.

Haja vista que a denominação de BITs somente existe no Brasil, logicamente proposital, para agredir o regime de incentivos protegido fragilmente pela Constituição Federal", observou.

Silva apontou o descompasso entre autoridades governamentais e a agenda de prioridades regionais. "Não realizamos investimentos necessários para que nossa região saísse do isolamento e se integrasse ao resto do país. Pecando inclusive os nos-

sos governantes, em acreditar e confiar, de que os incentivos fiscais compensariam sempre as nossas deficiências de infraestrutura e logística", asseverou.

O vice-presidente da Fieam e presidente do Sinaees (Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus), Wilson Périco, frisou que o PIM não reivindica produção exclusiva dos tablets. "Queremos alertar sobre o limite das telas, o que coloca em

risco a fabricação de TVs e tira toda e qualquer condição de competitividade das indústrias aqui instaladas", afirmou.

Da maneira como está descrito no PPB proposto, lembra o dirigente, as telas sensíveis ao toque são as acima de 140 cm². Périco sugeriu, ainda, que o ideal é estabelecer limite de até 220 cm², enquadrando, assim, mais especificamente, os celulares e tablets.

Segundo Vanessa Grazziotin, a redação que for necessária para

resguardar o televisor será providenciada. "Queremos assegurar nossa competitividade", disse, acrescentando que desconhecia a insatisfação do empresariado.

Antonio Silva reivindicou que "os principais atores", ou seja, a indústria, não foram ouvidos na construção do PPB.

A senadora se comprometeu a reunir representantes da indústria com o governador Omar Aziz nesta segunda-feira, 30, em Brasília.

Artesanato

Empresários espanhóis visitam o Amazonas

A visita teve o objetivo de comprar artesanatos para comercializá-los no continente europeu

Um grupo de empresários espanhóis visitou Manaus na busca de conhecer melhor a linha de produção artesanal amazônica. Nessa passagem, além de outras peças do artesanato local, o grupo El Corte Inglés encomendou 4 mil peças artesanais dos artesãos que participaram do projeto Artesanato Sustentável do Amazonas, desenvolvido pelo Governo do Estado, por meio da AmazonasTur (Empresa Estadual de Turismo).

A visita do grupo, que ocorreu no último final de semana, teve o objetivo de comprar as peças com a cara do Amazonas para comercializá-las nas mais de 80 lojas que os empresários administram no continente europeu.

A missão do El Corte Inglés

tem o objetivo de comprar as peças artesanais direto da fonte, evitando assim a participação do atravessador. "Tivemos a oportunidade de apresentar as peças e as técnicas que utilizamos no projeto Artesanato Sustentável do Amazonas e isso chamou bastante atenção desses empresários, pelo compromisso que o Governo do Estado, por intermédio da AmazonasTur tem com o processo ambiental e social", disse a presidente da Empresa Estadual de Turismo, Oreni Braga.

De acordo com Oreni, os empresários espanhóis conheceram o Artesanato Sustentável do Amazonas por meio da APEX Brasil, coordenadora da FIA (Feira Internacional de Artesanato), que vai ocorrer em Portugal

no próximo mês. "Nós já fizemos a reserva de espaço na Feira de Portugal e, conseqüentemente demos informações sobre o Projeto. Daí, eles informaram ao 'Grupo Brazil Handcraft by Minas Gerais', que estava organizando a vinda do El Corte ao Brasil, sobre o nosso projeto e os espanhóis compraram a ideia", contou.

Em Manaus, com a parceria da Fucapi (Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica), o grupo realizou uma rodada de negócios com artesãos amazonenses. "Nessa rodada de negócios todos os artesãos tiveram a oportunidade de mostrar, individualmente, seus produtos", ressaltou a Presidente do Órgão de Turismo.

O parintinense Guercindo Saraiva, que participou do Programa Artesanato Sustentável e da rodada de negócios, disse que esse tipo de ação só vem valorizar ainda mais os trabalhos dos artesãos locais. "Só de evitar o atravessador já é um grande ganho, mas o melhor é que estamos comercializando o nosso trabalho para o mercado europeu, isso quer dizer que a Europa vai começar a conhecer de fato a marca do artesanato amazônico", disse o artesão.

No último dia da missão, a AmazonasTur proporcionou aos empresários conhecer "in loco" a linha de produção artesanal da comunidade de Nossa Senhora de Fátima, em Acajatuba, no município de Iranduba.

Novidade

Aquisição de empresa vira opção de negócio

Representando participação recorde na liberação de desembolsos do BNDES

Com números atra-
tivos, o segmento
do franchising tem
despertado a atenção de
muitos interessados em tra-
balhar por conta própria.
Além dessa alternativa, a
novidade é o crescimento
de outra oportunidade que
está atraindo cada vez mais
empreendedores e que, até
então, não se mostrava uma
alternativa tão comum nos
negócios: a aquisição de
micro, pequenas e médias
empresas saudáveis.

O fato de que esse grupo
de empresas representarem
uma participação recorde
na liberação de desembol-
sos do BNDES (Banco Na-
cional de Desenvolvimento
Econômico e Social) no
primeiro bimestre deste
ano tem contribuído para
chamar a atenção para essa
alternativa empreendedo-
ra. Representando 45% do
montante de desembol-
sos efetuados pelo Banco,
as camadas PMEs atingi-
ram R\$ 7,7 bilhões, dos
R\$ 17,2 bilhões colocados
no mercado. No período,
comparado ao ano passa-

do, houve um acréscimo
de 18%, enquanto as gran-
des empresas estabilizaram
os desembolsos em R\$ 9,5
bilhões nos dois primeiros
meses.

Franquias possuem a
vantagem de iniciar
um negócio aliado
a uma marca reno-
mada, enquanto
as aquisições de
empresas possuem
a vantagem de evitar
o desgaste do lança-
mento

Batista Gigliotti, master
franqueado da Sunbelt Bu-
siness Brokers, maior em-
presa de intermediação de
negócios do mundo, afirma
que "as duas modalidades
de ação empreendedora
possuem suas vantagens e
riscos. Enquanto as fran-
quias possuem a vantagem
de iniciar um negócio ali-
ado a uma marca renomada
e ganhos substanciais de

escala, as aquisições de em-
presas saudáveis possuem
a vantagem de evitar o des-
gaste do lançamento, já que
as operações encontram-
se já testadas e aprovadas.
Isso mostra que, para o em-
preendedor ter sucesso em
sua jornada, é fundamental
perspicácia para optar pela
opção que melhor se adap-
ta ao seu perfil".

Movimentando valores
astronômicos, o setor de
franquias mostra que ter
uma marca reconhecida no
mercado pode ser um forte
diferencial para seu negó-
cio dar certo. Entretanto,
"com o número de unida-
des de diversas redes cres-
cendo ferozmente a saga
pela busca de um ponto co-
mercial adequado se mos-
tra cada vez mais difícil,
além do fato de que muitas
franquias tradicionais e de
sucesso não estão aceita-
ndo novos franqueados em
mercados consolidados",
explica Gigliotti.

Por outro lado, as micro,
pequenas e médias empre-
sas para se manterem no
mercado, na grande parte

das vezes, já conquistaram
e detêm pontos comerciais
de forte expressão. Gigliot-
ti salienta que "isso agrega
valor à empresa, já que o
negócio está andando com
as próprias pernas e, caso
tenha solidez nas finanças,
pode ser uma ótima alterna-
tiva para o empreendedor.
O 'ponto negativo' é que,
geralmente, as marcas das
PMEs não são necessaria-
mente conhecidas em uma
extensão geográfica maior,
licando geralmente restritas
ao reconhecimento apenas
na região de atuação (seu
bairro ou sua cidade)".

Empreender, seja com
uma franquia, micro, pe-
quena ou média empresa
é tarefa que traz riscos e
oportunidades. "O dife-
rencial de optar pela alter-
nativa da aquisição de em-
presa já funcionando é a
garantia de que, caso você
esteja mesmo com vontade
de empreender e trabalhar,
as chances desses negócios
darem certo em suas mãos
são muito maiores do que
'começar do zero'", conclui
Gigliotti.

Estratégia & Ação



NILSON PIMENTEL

O Planejamento Econômico Estadual e as Regionalizações - II

Nos últimos dias se tem lido algumas notícias bem peculiares ao Amazonas, o que parece contribuir para adição aos problemas já existentes veja: O superintendente do DNTT/AM-RR, disse que a BR-319 se encontra em condições precárias, como se isto fosse novidade, e que uma ponte no km 366 pode desabar quebrando o cabo de fibra ótica da Embratel, o que acarretará um apagão nas comunicações em Manaus. Que providências esse dirigente tomou ou envidará esforços institucionais para solucionar ou minimizar esse problema? Parece brincadeira ou gozação com o povo amazonense o caso dos portos construídos nas sedes de alguns municípios. Haja elevados montantes de recursos públicos (do povo) pelo rio e para outros lugares. Manaus, o que parece já perdeu a chance de participar da COPA DAS CONFEDERAÇÕES, o que fazer daqui p'ra frente? Existem outras estratégias? Quando se começa resolver o problema do Aeroporto Eduardo Gomes, terminais de Passageiros e Cargas? E o tal do Monotrilho e esse BRT, quando sairão do papel? E as demais demandas prioritárias da sociedade? Saúde, educação, segurança, água, esgoto, limpeza e urbanização da orla do Rio negro na frente de Manaus, quando serão prioridades? Irão deixar tudo para as eleições de 2012 e 2014? Poderá ser um "tiro no pé".

Voltando a realidade amazonense que persiste nesses 44 anos da retomada das atividades econômicas dinâmicas no estado, da implementação do projeto Zona Franca, ou seja, ausência real de projetos que impulsionem o desenvolvimento econômico regional, na forma da racionalidade das técnicas e processos do planejamento econômico estratégico e, que aproveite e promova as potencialidades regionais locais.

Pode até parecer insistência, mas a sociedade manauense e dos demais municípios não tem mais paciência nem complacência com esse ritmo de inércia, inapetência e omissões do agente governo, pois nada se justifica o não aproveitamento dos recursos naturais, das potencialidades regionais, de todos os fatores de produção que o Amazonas é dotado, como sendo um dos estados brasileiro de maior vantagem absoluta não serem aproveitados integralmente dentro de Programas e Projetos componentes do Macro-planejamento econômico estratégico direcionado aos processos de desenvolvimento econômico regional local, haja vista, o estado já possuir o sistema de caracterização espacial de seu território estabelecido nas nove sub-regiões estadual.

Também, não se quer excluir algumas ações pontuais que o governo faz em determinados segmentos econômicos que insere ati-

Estratégia & Ação (continuação)

nas nove sub-regiões estadual.

Também, não se quer excluir algumas ações pontuais que o governo faz em determinados segmentos econômicos que insere atividades econômicas determinadas na tomada de recursos públicos, para aquela parcela da população que o efeito demonstrativo tem mais vigor, os especialistas esclarecem que algumas dessas ações são necessárias e outras nem tanto, e que são ações estruturantes dentro de uma economia em atraso, mas não são projetos dentro de processos de desenvolvimento econômico regional local.

No entender técnico, processos de desenvolvimento econômico regional e local é a execução de um conjunto de ações para explorar as potencialidades endógenas visando alterar a realidade regional e local, por intermédio de transformações de suas potenciais atividades econômicas produtivas, com investimentos básicos naqueles instrumentos de capital fixo necessários ao desenvolvimento dessas atividades. Para que sua execução seja factível, será necessário desenvolver ou criar habilidades e competências naqueles espaços territoriais de indução, para que os municípios possam especializar-se em setores que tenham possibilidades de inserção econômica.

Nessa perspectiva do planejamento econômico estratégico ações governamentais que induzam processos de desenvolvimento econômico regional visam e objetivam resultados que beneficiam tipicamente os atores territoriais de determinados setores da econômica local, que se desenvolvem mais como conjuntos de ações setoriais, sem uma preocupação ou referência direta ao espaço territorial.

Também, os processos de desenvolvimento econômico regional local tomam por base os espaços capazes de "aprender", isto é, territórios capazes de se adaptarem às transformações da nova estrutura produtiva proposta, com base no conhecimento técnico e suas aplicações ao setor ou segmento econômico que se quer desenvolver ou na indústria ou na agricultura. Entende-se que políticas de desenvolvimento econômico regional local, voltada a processos produtivos devem ter uma forte aproximação territorial intra-regional, no que se refere aos sistemas locais de potenciais atividades econômicas, focada principalmente no segmento de micro e pequenas empresas.

Contudo, o desenvolvimento e a construção de capacidades competitivas nesses espaços locais podem vincular-se às aquelas políticas territoriais segmentadas e, mais precisamente, ao desenvolvimento de uma cultura territorial que integre esses sistemas locais com foco empresarial e na agricultura familiar e extensiva e que auxilie a superar a situação de estagnação e deterioração dos espaços territoriais econômica, social e ambientalmente.

Entende-se que a busca do pleno desenvolvimento econômico regional local são necessárias técnicas e mecanismos estabelecidos e dispostos no macro-planejamento econômico estratégico que favoreça a implementação dos projetos locais e do seu entorno, com competências que compreenda o desenvolvimento de lideranças, capazes de ativar e canalizar as forças sociais a favor desses projetos que se pressupõem o desenvolvimento comum; a articulação público-privado e de impulso à capacidade associativa; o fomento produtivo e o impulso ao desenvolvimento dos planos "meso econômico" e "micro econômico" da competitividade sistêmica daquele espaço territorial em questão.

Para os especialistas, dentro desse processo de desenvolvimento econômico regional local, a construção de espaços territoriais competitivos e inovadores deve-se procurar aproveitar todos os potenciais recursos endógenos, propiciando a associação e a articulação "público/social/privada" com vistas a agilizar os processos de atividades produtivos.

Navalshore 2011

Estabilidade econômica e abertura de mercado impulsionam a indústria naval

Empresários estarão reunidos na maior feira do setor da América Latina

O Brasil está na linha de frente quando o assunto é atração de investimentos. Um número cada vez maior de empresas internacionais busca o país para focalizar aportes nos setores naval e offshore. Como resultado, empresários e investidores de mais 10 países estarão reunidos em agosto, no Rio de Janeiro, para fazer negócios na maior feira do setor da América Latina.

A oitava edição da Navalshore - Feira e Conferência da Indústria Naval e Offshore, a maior da América Latina, que será realizada entre os dias 3 e 5 de agosto próximo, no Rio de Janeiro (RJ), acontecerá em um momento extremamente favorável para o país. Afinal, o Brasil nunca atraiu tantos investimentos internacionais nos mais variados setores da economia, em especial, os voltados à indústria naval e à exploração de petróleo e gás. A estabilidade política e econômica alcançadas, a abertura do mercado e também o plano estratégico da Petrobras para o pré-sal tornaram o Brasil a bola da vez.

Para atender à crescente demanda do mercado e cumprir seu papel de evento gerador de negócios e troca de expertise entre empresários e profissionais de cerca de 40 diferentes países que estarão em 2011 na Navalshore, a feira terá uma área de exposição 55% maior, somando mais de 11 mil metros quadrados à exposição, que terá diversos pavilhões internacionais.

Atenta também às necessidades do País pela profissionalização do setor, que precisa não só infraestrutura, mas especialmente de técnicos e engenheiros qualificados para atuar na indústria naval e no pré-sal, a UBM levará para a Feira um Programa de Conferência exclusivo com

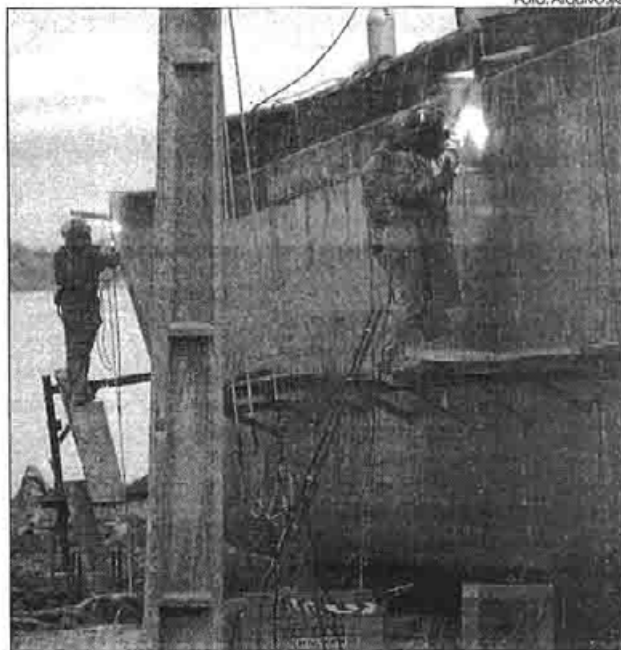


Foto: Arquivo 360

O evento atenta às necessidades do país pela profissionalização do setor, especialmente de técnicos e engenheiros

a presença de especialistas para troca de experiências e difusão das melhores práticas.

Assim como na edição de 2010, este ano a Navalshore contará com mais de 350 empresas expositoras nacionais e internacionais, consagrando a feira como estratégica para a cadeia de produtos e serviços da indústria naval e offshore do Brasil. Presença confirmada de empresas da Argentina, Japão, China, Espanha, Suécia, Coreia do Sul, EUA, Itália, Noruega, Canadá e Holanda.

Entre os expositores estarão presentes companhias especializadas em construção e reparo de embarcações, fornecedores de navipeças e serviços, navegação, rádio e telecomunicações, TI, empresas de seguros e bancos, gerenciamento logístico, fornecimento offshore e a navios, design de navios e arquitetura & enge-

nharia naval, sociedade de classificação, inspeção, entre outras.

Já os visitantes da feira, público que deve superar 14 mil profissionais e empresários, são oriundos de estaleiros, empresas de navegação de longo curso e cabotagem, companhias de apoio marítimo e de apoio portuário, consultores, autoridades marítimas e profissionais das áreas de engenharia naval, petróleo e gás de cerca de 40 países.

"Temos a certeza que em 2011 a Navalshore estará ainda mais orientada à realização de negócios entre empresas expositoras e visitantes. Isto porque estamos formatando um grupo de empresas extremamente qualificadas, de diversos elos da cadeia de produção, que trarão para o evento o que há de mais moderno para a indústria naval e offshore", completa Barbara Nogueira, gerente da Feira.

Protecionismo

Barreiras continuam, mas Argentina vê 'boa vontade' em resolver impasse

O confronto discreto entre Argentina e Brasil continua, mas representantes dos países pregam 'boa vontade' em negociações

Mesmo com seus automóveis sendo liberados a contagens para entrada no Brasil e com a ameaça do ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Fernando Pimentel, de expandir as licenças não automáticas para outros produtos, a Argentina transmite confiança em um desenlace para a crise comercial entre os dois países. Na noite de quinta-feira, a ministra de Indústria, Débora Giorgi, afirmou que "as negociações com o Brasil vão prosperar porque se trata de um sócio estratégico e existe boa vontade política de ambos

os países para chegar a um acordo".

Fonte do ministério argentino confirmou que o secretário executivo do Mdic, Alessandro Teixeira, vai telefonar para seu colega argentino, Eduardo Bianchi, na segunda ou terça-feira, para marcar a data da segunda rodada de negociações. Até lá, o governo brasileiro vai realizar consultas aos diferentes setores que enfrentam barreiras argentinas para transmitir a proposta de Bianchi de estabelecer cotas informais das vendas ao mercado argentino.

Os setores envolvidos nestas negociações são os de

têxteis, calçados, eletrodomésticos, máquinas e equipamentos agrícolas, alimentos, pneus e baterias. "A proposta feita pela Argentina busca que o acordo garanta o fluxo comercial, uma balança equilibrada e o processo de reindustrialização nacional", disse um assessor do ministério. A fonte argumentou que o déficit de manufaturas industriais da Argentina com o Brasil, no primeiro quadrimestre, foi de US\$ 2.214 bilhões. A balança comercial total, nesse mesmo período, foi deficitária em US\$ 1.023 bilhão para a Argentina. "As exportações do Brasil para nosso país cresceram 32,5%,

comparando-se o acumulado dos primeiros quatro meses de 2011 com o mesmo período de 2010", segundo a fonte. Com esses números, a ministra tenta sensibilizar o governo brasileiro.

O otimismo da ministra em encontrar uma solução para o conflito com o Brasil também foi alimentado pela notícia de que a argentina Companhia Naviera Horamar ganhou a licitação para a construção de seis navios petroleiros para a estatal Petrobras.

Com investimentos estimados em US\$ 450 milhões, a Horamar participou da licitação associada às

Sim & Não

Manaus à beira de um novo apagão

Técnicos do Governo Federal e políticos emitiram alerta à presidente Dilma Rousseff (PT) e ao Ministério de Minas e Energia de que Manaus está à beira de um novo apagão no setor energético. Pelo aviso dado, se não for feito nada até agosto, em setembro a capital do Amazonas terá que enfrentar o problema. Os técnicos analisaram a oferta de produção de eletricidade e a do Polo Industrial e concluíram que a energia não acompanhará o ritmo do consumo da indústria.

Complicador Na relação oferta de energia e consumo do Polo Industrial de Manaus, há o componente natural. Setembro é o mês em que o consumo de eletricidade dispara por causa do verão amazônico que beira a casa dos 40 graus e, às vezes, até passa dos 40.

Solução O alerta que chegou à presidente Dilma Rousseff e ao Ministério de Minas e Energia diz que há tempo de remediar o problema. Ele sugere a contratação de produtores independentes de energia, mas isso tem que ser providenciado já.

Tablets e a bancada

A candidata e hoje presidenta da República Dilma Rousseff teve uma votação excepcional no Amazonas, da mesma forma que já se dera com seu antecessor. O eleitorado lhes foi fiel. Depois de eleita, ela prometeu a prorrogação da Zona Franca de Manaus por 50 anos. Agora, entretanto, sob o olhar bovino da nossa bancada, assinou a chamada "MP dos Tablets", a qual acaba por fulminar as vantagens comparativas do modelo em relação ao restante do país.

Não creio, todavia, que a culpa seja de Dilma. Certamente a questão da ZFM passou despercebida porque Dilma não tinha ninguém por perto, em sua equipe de confiança, para chamar-lhe a atenção. Mas, ora direis, e o ministro dos transportes, e os três senadores (todos da base do governo), e os deputados (a maioria governista) onde estavam, que não viram isto? Olhem, cá pra nós, é o cúmulo dos



cúmulos!. Agora os membros da bancada estão correndo da sala para a cozinha, tentando remediar algo que somente aconteceu por falta de vigilância e de diligência suas. É nessas horas que sinto a falta de um líder respeitado e articulado como Bernardo Cabral, que conseguiu inserir a ZFM na Constituição Federal. É nessas horas que faz falta um Artur Neto, cuja eloquência e combatividade paravam o Congresso quando o Amazonas estava ameaçado. É nessas horas que a palavra de um parlamentar como Jefferson Péres pesava na balança. Apesar de tudo, estimo que a atual bancada se redima e consiga reverter a situação. Afinal, não é possível que, todo mundo sendo "do governo", sejam responsáveis também por uma derrota tão vexaminosa (para eles) quanto trágica (para todos nós).

Nova tecnologia

ANTONIO PAULO
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

A edição da medida provisória (MP) 534/11 (relator é o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), que inclui os tablets no programa federal de inclusão digital e reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins, assim como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em 100%, até 2014, por se tratar de um bem de informática, trouxe à tona o velho e repetido medo da classe política, alguns empresários e entidades trabalhistas do Amazonas em perder mais um "paco" da Zona Franca de Manaus.

Ante ao desespero de uma medida pré-anunciada pelo Governo Federal, atirou-se para todos os lados, opiniões desencontradas e muita informação equivocada, truncada de especialistas, do Governo, parlamentares e "curiosos" da matéria. Acusações vieram de todos os segmentos. A oposição aos governos do Estado e Federal aproveitou para faturar politicamente e cometeu excessos como se esse dilema não tivesse uma raiz exposta há exatos 20 anos, na edição da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, quando o então presidente Fernando Collor de Mello quebrou o monopólio, a hegemonia da Zona Franca de Manaus em produzir em seu pólo industrial os produtos de informática.

A partir daí, todos os demais Governos (Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e agora Dilma Rousseff) trataram de aperfeiçoar, equalizar e acompanhar a evolução tecnológica na área de informática por meio de medidas provisórias, decretos, portarias e todos os instrumentos governamentais disponíveis para atender à demanda do mercado nacional.

E a cada um desses movimentos, o Governo do Amazonas, deputados e senadores, empresários e trabalhadores se puseram contrários, foram à luta no campo da política e conseguiram, aqui e ali, algum tipo de vantagem comparativa, mas nunca revogaram a medida por inteiro.

Essa "impotência" do Amazonas tem razão de ser porque, quando Collor fez passar a Lei de Informática, em 1991, o Governo Federal disse claramente: "Zona Franca cuide do seu nicho porque esse setor não vos pertence mais".

LEITE DERRAMADO

Mesmo depois de "chorar o leite derramado", é válida a empreitada dos políticos locais em ganhar, barganhar alguma vantagem não para a produção de tablets no Polo Industrial de Manaus, mas em outras áreas afins, como o setor de componentes e equiparação fiscal com o resto do País. Por outro lado, o Governo do Estado, as bancadas federal, estadual e municipal, além das classes empresarial e trabalhadora, têm o dever de sentar e pensar estrategicamente um plano de médio e longo prazo para ZFM. Negociar politicamente com Governo Federal a manutenção e solidificação de polos já existentes como o eletroeletrônico e de duas rodas; estabelecer marcos regulatórios seguros para a inevitável convergência tecnológica que confunde e torna cada vez mais híbridos televisores, computadores e telefonia celular. Até quando e a que preço o anexo II do Decreto nº 6.405/2006, com a relação de produtos dos segmentos de áudio,

áudio e vídeo, lazer e entretenimento, ainda que incorporem tecnologia digital (todos produzidos no PIM, com exclusividade

tributária) continuarão não sendo considerados de bens de informática e automação? Se esse enfrentamento não for feito,

com maturidade e postura política suprapartidária, a prorrogação da ZFM por dez, 20, 30 ou 50 anos não fará o menor sentido.



"A Zona Franca de Manaus

emprega hoje diretamente no setor de eletroeletrônico aproximadamente 70 mil trabalhadores, distribuídos em sua grande maioria na indústria de áudio e vídeo e telefonia. Passamos ao longo dos anos por grandes abalos com enormes perdas de postos de trabalho, sendo a mais significativa, e de impacto imediato, as decorrentes da Lei e Informática e Telefonia, pois, tornou, teoricamente iguais, os desiguais, e em contrapartida deixando nós, os amazônidas, mais desiguais face à distância dos centros consumidores. Em 2003, tínhamos no Distrito Industrial menos de 30 mil empregos e, graças à ação do presidente Lula, chegamos hoje aos mais de 120 mil postos. Hoje, nos deparamos com mais um drama, a Medida Provisória nº 534, que traz para nós a sombra do desemprego, visto que um tablet faz tudo o que uma televisão faz e, ao mesmo tempo, um telefone celular. Com as vantagens tributárias diferenciadas, essa medida compromete o futuro dos cerca de 70 mil empregos diretos na ZFM."

Nova tecnologia (continuação)

'Temos que pensar no Brasil também'

Eis, em parte, com o governador Omar Aziz encara a MP nº 534

Passado o torpor, a euforia e o aproveitamento político-eleitoral, percebeu-se que a MP dos Tablets não é um bicho de sete cabeças. Não afeta em nada o Polo Industrial de Manaus porque nele não se fabrica tal equipamento e, muito pouco ou quase nenhum tipo de bem de informática já que a lei

8.248/1991 e as subsequentes (10.176/2001, 11.077/2004) tiveram a competitividade e as vantagens comparativas da ZFM.

Na reunião que teve com os deputados federais e senadores do Amazonas, na última quarta-feira, 25, o governador Omar Aziz alerta para uma questão importante: "Temos que ser

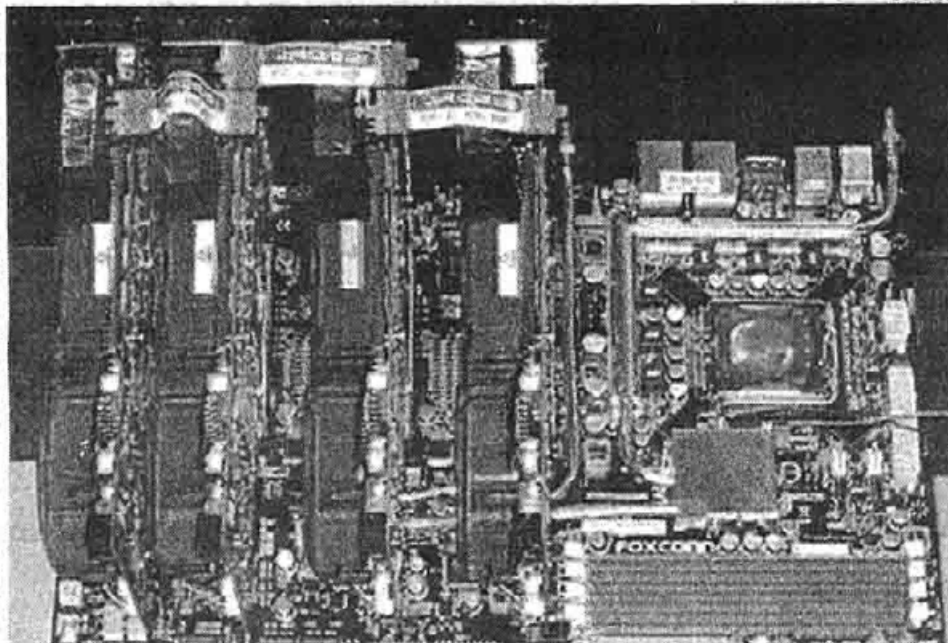
muito cuidados. Temos que pensar no Brasil porque todos têm direito de produzir, não podemos achar que só nós temos esse direito. Temos que proteger também a indústria nacional cada vez mais difícil de competir com a China, Taiwan e Coreia. É preciso aglutinar forças". Questionado sobre a falta de estratégia

de longo prazo para dotar o Amazonas de infraestrutura como portos, aeroportos, energia elétrica, telefonia e Internet de qualidade, com banda larga - o que daria segurança às indústrias para fazer bem e melhor o que já produz - Omar Aziz dá um recado que deve ser tomado como reflexão: "Os Governos do Amazonas sempre vêm tendo esses sobressaltos, pedindo a cada presidente sobre essa e aquela medida provisória, decretos e portarias e depois tem que pedir mais logística para o Estado. Esses cartuchos (ações e obras de infraestrutura) foram todos queimados para manter a excepcionalidade da Zona Franca de Manaus".

Exigências retiram do AM capacidade de competir

Exigências retiram do AM capacidade de competir

Crédito



Basta olhar as exigências feitas pela Foxconn ao governo brasileiro para produzir *display* e semicondutores para se chegar à conclusão de que o Amazonas não tem como atendê-las, a despeito dos incentivos que poderiam ser oferecidos pela ZFM. A empresa quer uma área de 50 km² para se instalar, perto de aeroporto e estrada, Internet

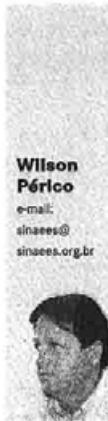
banda larga e energia elétrica abundante. No que tange à área, certamente teríamos condições de satisfazê-la. As demais exigências, contudo, constituem um longo caminho a ser percorrido pelo Amazonas. Que o digam os empreendimentos já instalados na ZFM, os quais se ressentem de uma adequada infraestrutura para operar.

Competitividade ameaçada

Continuam nos enganando, nos desrespeitando. Quando vão cumprir, verdadeiramente, as promessas de campanha? O único país do mundo com uma lei (Lei de Informática) que diferencia produtos para informática dos outros eletroeletrônicos é o Brasil. Lei inconstitucional, diga-se de passagem, pois a Constituição assegura benefícios fiscais somente para a Zona Franca de Manaus (ZFM). Lei que possui único objetivo: tirar a competitividade das empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM). Lembrarmos que o respeito às normas legais é imprescindível

ao estado de direito que deve imperar nas relações entre os membros da Federação, sob pena de gerar insegurança jurídica. Do contrário, será prejudicial ao crescimento e ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos que acreditaram na manutenção das regras estabelecidas. Mesmo assim, a duras penas, algumas empresas continuam produzindo bens de informática em Manaus, gerando empregos e renda aqui. Mas a ganância e falta de brasilidade de alguns políticos e governantes estaduais não param por aí. No caso dos

tablets, "impuseram" uma MP-534 que desonera ainda mais esse produto com a isenção do PIS e do Cofins, tirando toda e qualquer condição de competitividade das indústrias da ZFM. Outras medidas que impactam negativamente o PIM estão em curso, como a MP 517 que reduz a alíquota do PIS/Pasep e Cofins e prorroga os incentivos de isenção de IPI dos bens de informática, Ferindo de morte a produção dos mesmos no Polo Industrial de Manaus. Ninguém é a favor da carga tributária que assola toda a sociedade brasileira. Somos a



favor da redução dessa carga, mas o que se vê aqui não tem nada de reforma tributária ou bom senso do Poder Público Federal. É mais uma forma de tirar a competitividade das empresas da ZFM, e o pior: com a anuência do governo federal, governo esse que prometeu em campanha prorrogar os incentivos da ZFM. O governo deveria se comprometer em assegurar as vantagens comparativas da ZFM e não enganar o povo do Amazonas, Estado onde teve votação maciça, o maior percentual de votos de todo o País. Isso não fere somente os

investimentos, fere principalmente os empregos gerados por esses investimentos. Portanto, não é somente uma questão puramente econômica, é também uma questão social. Como acreditar num governo que está de costas para nossa região e que não respeita os direitos constitucionais do modelo ZFM? Estejamos, pois, vigilantes e unidos, empresários, trabalhadores, governos estaduais, parlamentares das três esferas, para rechaçar qualquer manobra contra a região e que possam eliminar os empregos aqui gerados.

Entrevista - Manoel Cardoso "Só se essa fábrica for uma réplica do palácio de Versailles"

JOUBERT LIMA
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

O professor Manoel Cardoso, uma das maiores autoridades do Amazonas em temas como tecnologia e inovação, não acredita no volume de investimento que vem sendo divulgado pela Foxconn para instalação de sua fábrica de tablets em Jundiá, São Paulo. Para ele, um aporte de US\$ 12 bilhões é simplesmente desproporcional. Nesta entrevista ele explica os motivos de sua descrença. Por outro lado, Cardoso admite que, se a Zona Franca perder os tablets - o que parece um fato já irreversível - o caminho estará aberto para o desmonte do polo de eletroeletrônicos, um dos principais pilares da indústria amazonense.

O que o senhor acha do investimento da Foxconn na produção de tablets?

Um investimento de US\$ 12 bilhões, com geração de 100 mil empregos é pouco creditável. Dizer que ali vão produzir o iPad, da Apple, é duvidar

de nossa inteligência. Seria para atender quem? O mercado americano é atendido por fábricas na fronteira com o México, por questões como proximidade e logística. Outra questão é que o preço do tablet está em queda, já tem modelos custando US\$ 600. Como investir todo esse montante em um produto com o preço em queda?

Ainda assim, o anúncio do investimento foi endossado pelo Governo. Qual seria o fundamento desse aporte?

Eu gostaria de saber que fundamento têm esses US\$ 12 bilhões. A menos que a fábrica seja uma réplica do palácio de Versailles (na França, um dos maiores palácios do mundo).

De qualquer forma, em que medida a inviabilidade de se produzir tablets na Zona Franca representa uma perda para o modelo?

Perder os tablets preocupa, e muito, a Zona Franca. A indústria eletroeletrônica é um dos pilares do modelo. O nível de competência de algumas de nossas fábricas é de referência mun-

dial. É algo que foi construído ao longo de 40 anos. No entanto, em 1998, com a Lei de Informática, perdemos a produção de computadores e celulares. Hoje, temos em torno de 7% da produção de computadores do Brasil.

Mas no segmento de celulares, a Nokia ficou.

Se analisarmos, perdemos os celulares também. A Nokia foi mantida a pão de ló, já que não contribui com quase nada para o Estado. Empresas como a CCE

e como a Moto Honda, que geram milhares de empregos não têm toda essa deferência. Nós, que somos cidadãos, não podemos aceitar que os impostos que pagamos sejam aplicados dessa forma.

O senhor diria que a convergência tecnológica está ocorrendo a uma velocidade maior do que nossa indústria consegue acompanhar?

Os computadores são substituídos com uma dinâmica muito rápida. O telefone deixa de ser um simples aparelho de comunicação e torna-se smartphone. Já existe em funcionamento, em laboratório, telas de LED que se dobram, são flexíveis. Se abrimos mão dos tablets, no médio prazo, poderemos perder o polo de eletroeletrônicos.

Como o senhor acha que será a TV do futuro?

Em minha opinião, as TVs do futuro - daqui a uns 30 ou 40 anos - serão óculos com computadores. Os usuários terão a sensação de ter diante de si uma tela de 40 polegadas. Haverá softwares sofisticados e computadores mais poderosos. Até lá, o Governo do Estado tem que cumprir algumas metas importantes, como investimentos pesados em capital intelectual.

Sabor do Brasil

CINTHIA GUIMARÃES
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

A Coca-Cola Brasil aposta no sabor das frutas amazônicas para ganhar o mercado nacional e mundial de sucos prontos. A multinacional está investindo, este ano, numa nova frente de produção ancorada em sucos de frutas regionais amazônicas como açaí, cupuaçu, graviola, taperebá, camu-camu. A Del Valle é a marca oficial de sucos embotalhados da Coca-Cola.

A informação foi anunciada na semana passada pelo governador Omar Aziz, durante um evento em Iranduba (a 27 quilômetros a sudoeste de Manaus). Segundo Omar, o presidente da The Coca-Cola Company, Muh-tar Kent, virá ao Amazonas para participar do Festival Folclórico de Parintins (24, 25 e 26 de junho), quando anunciará as novidades comerciais da marca.

Os sabores ainda estão fase de testes. De 250 testes com frutas regionais, 25 foram selecionadas, das quais cinco serão escolhidas para serem industrializadas. Semana passada os técnicos estiveram em Manaus tra-

125 anos

A Coca-Cola Company está presente em mais de 200 países e responde por mais de 400 marcas de bebidas não-alcoólicas, entre estas, quatro das cinco marcas mais consumidas no planeta: Coca-Cola, Coca-Cola light, Fanta e Sprite. A multinacional de bebidas completou em 2011 125 anos de operação.

tando do novo processo de produção. "É importante porque será criada uma nova cadeia produtiva. No primeiro momento do projeto, vamos ter as frutas do Amazonas, aproveitando o suco para engarrafar e vender e em 2012, 2013 implantar indústria em Manaus", explicou o governador.

RIO PRETO DA EVA

A instalação da fábrica, que irá produzir xaropes concentrados das frutas, poderá ser na capital, Manaus, ou em Rio Preto da Eva (a 57 quilômetros a nordeste

de Manaus), de acordo com o secretário de Produção Rural, Eron Bezerra. Ele garantiu que a matéria-prima será extraída do Amazonas. O envasamento dos sucos deve ser feito em outro estado, como o Espírito Santo, onde já são fabricados os su-

cos da Del Valle.

A Coca-Cola faz segredo sobre o negócio. A empresa informou apenas que está sempre analisando oportunidades de investimento em diversos setores e que, no entanto, não há qualquer lançamento previsto

no momento. O Grupo Simões de Manaus, sócio da Recofarma - única unidade brasileira que produz o concentrado de refrigerantes da marca - também foi taxativo ao dizer que não há planos de investimentos.

INVESTIMENTOS

O deputado federal Pauderney Avelino, que participou de uma reunião com o governador e os executivos da Coca-Cola, afirmou que os investimentos iniciais serão superiores a US\$ 10 milhões. No entanto, ainda não há definição sobre o número de empregos que serão gerados, uma vez que a empresa ainda está estudando esse novo mercado. "A seleção e o engarrafamento deve ser feito fora, o que iria em tonéis. O sistema é parecido com açúcar mascavo que faz o concentrado do refrigerante", acrescentou.

O diretor da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam), Flávio Dutra, também confirmou o interesse da companhia em investir no Estado e no mercado crescente de sucos, seguindo o apelo mundial de alimentação mais saudável.

História

Conheça a marca de sucos da Coca-Cola

2006

A Coca-Cola Brasil uniu a força internacional de Minute Maid com a recém adquirida empresa Sucos Mais, dando origem a marca Minute Maid Mais.

2007

Del Valle passou a fazer parte do portfólio da Coca-Cola Company, após uma enorme negociação internacional.

2009

Dois anos depois, em 2009, a Coca-Cola Brasil uniu a qualidade e tradição das marcas líderes em um néctar de frutas pronto para beber, Del Valle Mais. São 14 diferentes sabores e tradicionais.

2011

Agora a líder mundial em bebidas planeja testar o gosto dos consumidores com frutas exóticas.

Sabor do Brasil (continuação)

Cadeia produtiva organizada

Amazonas precisa de ajustar para fornecer matéria-prima em larga escala

Investir na cadeia produtiva de frutas regionais é o trabalho planejado pela Secretaria de Produção Rural (Sepror) para atender novas aquisições locais no setor. “Vamos sentar com pessoal da Coca para organizar essa cadeia produtiva. Não temos problema com matéria-prima, nem com potencial produtivo. Em grande escala, teríamos que fazer al-

guns ajustes”, disse o secretário da Sepror, Eron Bezerra.

Ele disse que a Comunidade de Novo Remanso, em Itacoatiara, produz 40 milhões de unidades de abacaxi por ano. Já o açaí é extraído de municípios como Codajás, Coari e Manacapuru, ainda de forma nativa. “Queremos incentivar o açaí cultivado, assim como o guaraná. Com as

mudas melhoradas da Embrapa tivemos a experiência que elas podem produzir 1,5 mil quilos por hectare”, exemplificou.

TESTES

O teste biológico com frutas foi feito em Atlanta (EUA). Agora é hora do teste comercial. “Nos interessa é que definam o que querem industrializar”, concluiu.

FIEAM 2011

Azevedo, o industrial do ano

Líder empresarial, que preside o Sindicato das Indústrias de Relojoaria e Ourivesaria de Manaus, receberá o título da Fieam nesta sexta

Executivo atuante do setor de Duas Rodas e um dos líderes na defesa do Polo Industrial de Manaus - que virou empresário dos setores metalúrgico e relojoeiro - o economista Nelson Azevedo será homenageado no dia 3 de junho com o título de Industrial do Ano pela Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam).

A trajetória de Azevedo mostra que sempre apostou no setor, com grande perfil empreendedor. Ele largou um emprego público estável, após ser aprovado em concurso para fiscal da Secretaria de Fazenda do Amazonas (Sefaz), para assumir desafios na iniciativa privada. "A iniciativa privada me ofere-

Nascido em Oriximiná (PA), Azevedo é casado há 33 anos com a médica pediatra Maria das Graças e tem três filhos, que o ajudam nos negócios. Lillian é advogada, Luiz Eduardo é engenheiro e Nelson Luiz é economista e também está na gestão da empresa.

cia oportunidades e decidi aceitar, contrariando uma porção de gente", relembra. Em 1974, decidiu trabalhar na Indústria Beta, do ramo de joias e relógios, a primeira



Desde 1998, Nelson Azevedo está à frente da Poliamazon Polimentos da Amazônia

a ter projeto aprovado na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Depois assumiu o cargo de assessor da diretoria na Moto Honda da Amazônia, onde exerceu todos os postos de direção. "Foram 16 anos de muito aprendizado. A forma de gestão dos japoneses exige zelo com a padronização, com a qualidade. Aprendi muito sobre delegar, resolver problemas e focar na qualidade, aspectos em que ainda se peca muito no Brasil", disse.

Em 1989, implantou projeto para a fábrica de relógios Metal Alloy, conhecida como Primex. Após oito anos vendeu para a um grupo ita-

liano e ainda tem participação em 10%. Em agosto de 1998, nasceu a atual empresa de Azevedo, a Poliamazon Polimentos da Amazônia Ltda. Atualmente, o empreendimento possui 160 funcionários e pretende atingir 250 ainda este ano. A empresa atua na estamparia, soldagem e pintura de gabinetes de condicionadores de ar da Electrolux, além de fornecer 115 itens das motocicletas Yamaha, cabos dos barbeadores da Procter&Gamble e também carcaças dos motores da Weg.

Atualmente, Azevedo também é vice-presidente da Fieam e presidente do Sindicato das Indústrias de Relojoaria e Ourivesaria de Manaus.

FIEAM 2012 (continuação)

Vocação para a liderança

Nelson Azevedo chegou em Manaus quando tinha 13 anos e não saiu mais

Quarto filho de seis irmãos, Nelson Azevedo passou a infância estudando e ajudando a família no roçado e no comércio. Sua história com Manaus, terra que o recebeu de braços abertos, iniciou-se quando era apenas um garoto de 13 anos. “Branquelo, loirinho e dos olhos claros”, Nelson encantou a tia Etelvina, moradora da Rua José Paranaguá, Centro, que o convidou a vir para Manaus junto com seu irmão mais velho Julião, convencendo inclusive dona Maria de Lour-

des, mãe dos garotos.

Nelson não deu trabalho para tia, pelo contrário, “muito orgulho”. Concluiu o primário no Grupo José Paranaguá e fez o ginásio no Colégio Estadual do Amazonas. Sua vocação para liderança já ficava evidente.

Foi presidente do Centro Estudantil Plácido Serrano e foi aprovado na faculdade de Economia pela Universidade do Amazonas, atual Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

Foi, ainda, presidente da As-

sociação Atlética da Universidade, da Federação Amazonense Universitário de Desporto e também do Diretório de Estudantes de Economia. Quando saiu da casa da tia Etelvina, morou na Casa do Estudante, onde assumiu a liderança, ao ser eleito presidente da casa do estudante, cargo que exerceu durante quatro anos.

E na década de 1980 foi presidente da Associação dos Exportadores da ZFM e presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam).

FIEAM 2013 (continuação)

Controle por comando de voz chega aos brinquedos

Empresa Candide lança carrinho de controle remoto por meio da fala

A tecnologia de comando de voz agora chegou aos brinquedos. Comandar um carrinho usando apenas a força da fala é o diferencial do carro de rádio controle "Garagem SA Rally Racer", da empresa Candide. O desenho do veículo foi inspirado em uma pica-pe real, patrocinada pela Candide no Rally dos Sertões.

A moderna e inovadora tecnologia brasileira utilizada no carrinho precisou de um alto investimento em testes que incluíram a captação e pesquisa de 3 mil vozes de todas as regiões do País. O resultado é o comando perfeito sem interferência de ruídos na comunicação.

O carro obedece oito funções diferentes de voz para acender e apagar faróis, lanterna direita e esquerda, ligar motor, acionar turbo e diminuir potência. O pequeno motorista tem o comando



Divulgação

Carrinho com comando de voz chega com um preço sugerido de R\$ 189,99

de todas as funções do carro. Além disso, manobras radicais são garantidas pelo controle remoto com sete funções que permite a movimentação do veículo.

O GSA Rally Racer funciona com bateria recarregável no

carro e de 9V no controle. Ele é recomendado para crianças a partir de oito anos (mas, pela tecnologia embarcada, vai ter muito pai disputando o brinquedo com o filho). O preço sugerido é de R\$ 189,99.

Zona Franca

Um novo polo de bicicletas

Abraciclo tem planos de transformar Manaus em uma referência mundial na fabricação de bikes

CIMONE BARROS
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Escolhido para ser o polo de bicicletas de valor agregado no Brasil há 30 anos, o Polo Industrial de Manaus (PIM) atualmente concentra uma produção de apenas 600 mil unidades por ano, o que representa 12% dos cinco milhões de bicicletas fabricadas no País. Mas o cenário que se projeta para o setor em Manaus é muito animador, segundo o vice-presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo) e presidente da

A Caloi estima para 2011, a produção de 1 milhão de bicicletas, sendo 620 mil no PIM (63 modelos) e o restante na unidade de São Paulo, destinada aos modelos infantil. A produção total no País pode chegar a 5 milhões este ano.

Caloi, Eduardo Musa.

A Associação possui um plano de desenvolvimento de produção que visa transformar Manaus em um dos maiores fabricantes de bicicletas do mundo,



Fábricas em Manaus concentram hoje uma produção de 600 mil bicicletas/ano

com a atração de fabricantes chinesas de componentes de partes, peças e adensamento da cadeia com a formação de um cluster, como ocorre com o polo de motocicletas.

Para Musa, o audacioso plano de desenvolvimento da indústria nacional é viável face as transformações na indústria mundial de bicicletas e do mercado local brasileiro, que passa por maior formalização, aumento de renda da população e demanda por produtos com maior qualidade.

NOVO CENÁRIO

Segundo o vice-presidente da Abraciclo, está havendo uma nova redistribuição da produção mundial de bicicletas, porque a China mudou a sua visão. O País asiático se construiu nos últimos 30 anos de importação de capital, importação de *know how*, exportação de produto de baixo valor agregado e decidiu ser exportador de capital, de co-

nhecimento e de produtos de alto valor agregado - estão exportando até automóveis. Com o aumento dos custos e essa inversão de prioridades, a produção de bicicletas e componentes para exportação começa a migrar para outras partes do mundo como os países do Sudeste Asiático (Bangladesh, Comboja e Vietnã) e do Leste Europeu (Romênia, Bulgária e Tchecoslováquia).

"Hoje os Estados Unidos compram 100% de sua produção da China. Imagina ter um terremoto na China como teve no Japão. Acabam as bicicletas do mundo. E aí? Então várias empresas americanas e europeias têm procurado sair desse risco da China, seja porque o preço está aumentando seja porque perceberam que colocar todos os ovos no mesmo cesto está a cada dia mais ariscado", disse Musa.

Manaus surge como opção para um novo polo de bikes.

Brasil tem vantagens no setor

País já é o terceiro maior produtor mundial e tem capacidade instalada para incrementar a produção

O Brasil tem várias vantagens para se tornar uma alternativa de produção e pegar pelo menos 2% da exportação mundial de bicicletas. Já é o terceiro maior produtor mundial - a Caloi é a terceira maior fábrica no mundo

fora do sudeste asiático - possui tecnologia, capacidade instalada e condições de fazer qualquer bicicleta feita em qualquer outro lugar do mundo. A Caloi, em Manaus, por exemplo, está produzindo bicicletas da marca Decath-

lon (rockrider 5.2) e da Wal Mart.

Para atrair essas fabricantes de componentes, Musa destaca que é preciso ter escala, adensar a cadeia, fazer alguns ajustes no Processo Produtivo Básico - em andamento, ter mecanismos de

incentivos a cadeia de partes e peças e medidas de proteção ao mercado para diminuir as importações de alto valor agregado. As importações cresceram 50% ao ano nos últimos cinco anos. Passou de 48,7 mil em 2006 para 254 mil em

2010. "Tem gente que fechou fábrica aqui e que está importando bicicleta pronta", revelou Musa.

Musa diz que os fabricantes chineses falam que enquanto não tiver escala não vêm. Uma fábrica pequena de câmbio na China faz de 7 a 10 milhões de câmbios por ano. Duas vezes o tamanho do mercado brasileiro. Existem hoje sete fábricas dessas no mundo. Então precisa de escala e escala precisa ter volume. "Estamos numa fase de crescimento da produção de atendimento do mercado

local, mas se a gente quer realmente crescer a gente precisa alçar voos maiores que permita que a gente adensa essa cadeia localmente aqui, e adensado vende-se mais barato, gera mais escala e com produto de maior qualidade, exporta mais e com isso gera círculo virtuoso. Então não é impossível sonhar em chegar em dois milhões e meio de unidades daqui a três anos e depois dobrar de tamanho com exportação pegando 2% da exportação mundial".

Zona Franca (continuação)

PIM pode dobrar a produção

Setor teve queda de 45% em 2010, mas Caloi e Prince Bike devem ampliar a capacidade produtiva

Independente da captação da transferência da produção chinesa, o mercado nacional está em processo de transformação que vai beneficiar o PIM, apesar de ter tido queda de 45% na produção nos últimos dois anos com a saída da Sundown e da Monark. Segundo Musa, é possível o PIM sair das pouco mais de 600 mil unidades (2010) e mais que dobrar sua produção de bicicletas até 2014 atingindo de 2 milhões a 2,5 milhões de unidades por ano. Em 2011, com a instalação da OX Bike e as ampliações da produção de Caloi e da Prince Bike já será possível chegar ao patamar histórico de 1 milhão bicicletas em Manaus.

Do ponto de vista interno, a perspectiva de crescimento no PIM está embasada no sistema de controle de formalização do País, aumento do poder aquisitivo da população e do crescimento do mercado interno de bicicletas de produtos de valor agregado. Hoje, aproximadamente 50% da produção brasileira é feita por pequenas montadoras regionais infor-



Eduardo Musa, presidente da Abraciclo

mais e com o aumento da fiscalização, sobretudo nota fiscal eletrônica, ficou mais difícil de se fazer essa produção sem se recolher todos os impostos.

Essa situação promove aumento do preço das bicicletas de primeiro preço (mais baratas) porque passa a incluir o imposto e força às fabricantes a migrarem para onde oferecem os melhores incentivos fiscais. Há pouco tempo, essas bicicletas podiam ser encontradas a

R\$ 99 em supermercados em São Paulo, hoje não saem por menos de R\$ 200.

“Mesmo o mercado não crescendo em termos de unidades, porque não temos ofertas disponíveis, a produção dispersa no País migra para Manaus como está começando a acontecer. Em dois, três anos devemos

chegar a 2,5 milhões de bicicletas aqui, metade da produção nacional”, explicou Musa.

A Suframa informou que já tem projetos em implantação da fabricante Cairu PMA Comp. para Bicicletas Ltda e das componentistas HPA da Amazônia Indústria e Comércio Ltda e Imafer Indústria Amazonense.

Júlio Ventilari

Acelerando

As ousadas ações da CR Zongshen/Kasinski no PIM garantiram, pela segunda vez consecutiva, a escolha de seu presidente, Claudio Rosa Jr., como um dos melhores profissionais de marketing do País. A homenagem será terça-feira em São Paulo.

Visita de negócios

Empresários da República Dominicana visitarão Manaus na próxima semana. Fieam e Suframa mostrarão para eles as melhores possibilidades de negócios, com foco principalmente nas indústrias de eletrodomésticos e eletrônicos.

Júlio Ventilari (continuação)

União americana

Com investimentos no Brasil e negócios no Polo Industrial de Manaus, três das maiores empresas dos Estados Unidos estão se associando à U. S. Chamber of Commerce of Amazonas: Coca-Cola, Harley-Davidson e Whirlpool.

Pensando o futuro

Por iniciativa do deputado Luiz Castro, a Aleam promoverá audiência pública na segunda-feira. Os debates terá como foco a implementação de medidas para adensar as cadeias produtivas do PIM.

Rogério Pina

' Medalhas para personalidades

→ Personalidades da indústria e de setores representativos do Amazonas serão homenageadas no "Industrial do Ano", evento promovido pela Federação das Indústrias do Amazonas e pelo Centro da Indústria, dia 3 de junho, no Clube do Trabalhador. Além de Nelson Azevedo, o Industrial do Ano, receberão a Medalha do Mérito Industrial o arcebispo de Manaus, dom Luiz Soares Vieira, o general de Exército Augusto Heleno Pereira e o ministro do STJ, Mauro Luiz Campbell Marques.

Contexto

Não falo!



Em sabatina no EM TEMPO, na última sexta-feira, o senador Eduardo Braga (PMDB) interrompeu uma pergunta pelo meio: "Não comento sobre esse cidadão". Ele se referia ao ex-senador Arthur Neto (PSDB), citado no questionamento.

Melhor conversar

Após ouvir o final da pergunta, Braga respondeu que existem dois meios de conseguir êxito junto à presidente da República sobre a produção de tablets na ZFM: partindo para o enfrentamento ou conversando. "Prefiro conversar", disse.

Juta e malva atraem novos investimentos

VALÉRIA COSTA

Equipe do EM TEMPO

valeriacosta@emtempo.com.br

Com mais de R\$ 30 milhões em investimentos, empresas ligadas ao beneficiamento e produção de sacos à base de juta e malva prometem revitalizar o setor primário nos próximos três anos. Aliado a isso, o governo do Estado, por meio de uma série de investimentos aos juticultores, quer saltar de 7,5 mil para 20 mil toneladas a safra anual dessas culturas para o mesmo período.

Essas iniciativas fazem parte de uma ação conjunta entre

o poder público e a iniciativa privada para revigorar o setor, que esteve adormecido nos últimos anos. Até o início do segundo semestre de 2011, a Brasjuta da Amazônia S.A, fruto de uma parceria público-privada (PPP), deve iniciar suas operações fabris no Polo Industrial de Manaus (PIM). Enquanto, até meados de 2014, a Amazonjuta Têxtil Fibras Ltda., cuja sede fica no município de Manacapuru (a 69,69 quilômetros de Manaus) quer finalizar a instalação de uma filial no Distrito Industrial para fabricar sacos e tecidos de fibra de juta para o consumo nacional.

Além dessas duas empresas,

o Estado do Amazonas ainda abriga outras que exploram o setor, como a Jutal, do grupo Ciex, a Cooperfibras, a Coomampem, a Pematec e a Estoparias de Manaus, algumas com sede em Manacapuru – um dos maiores produtores da cultura na região. Apesar da baixa produção, destinada à demanda local, o Estado ainda fornece algumas toneladas destas culturas para a Companhia Têxtil de Castanhal (CTC), localizada no município de mesmo nome, no Pará.

Todavia, a matéria-prima ainda não chega a atender a toda essa gama de grandes e pequenas empresas. No ano passado, a colheita de juta

e malva no Estado alcançou 7,5 mil toneladas, enquanto para este ano a previsão de safra para junho é de 12 mil toneladas, quase o dobro do registrado em 2010.

A expectativa otimista do governo do Estado, por meio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (Idam), da Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror) e da Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) é atingir 20 mil toneladas anuais no próximo triênio, o que deve equilibrar a oferta com a demanda e tornar o Estado autossuficiente na extração de juta e malva.

Juta e malva atraem novos investimentos (continuação)

Fomento das atividades

O diretor-presidente da Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam), Pedro Falabella, defende a revitalização dessa cadeia produtiva e afirmou que, nos últimos seis anos, o órgão já investiu mais de R\$ 30 milhões em financiamentos para jaticultores, aquisição de sementes (compradas no município paraense de Alenquer) e em fábricas, cooperativas e associações que trabalham no ramo.

“Montamos todo um processo de revitalização da juta. Todo mundo sabe que essa atividade envolvia mais de 30 mil famílias no interior do Estado e não vejo muitas alternativas para a geração de emprego e renda nos municípios amazonenses que não seja o retorno ao extrativismo

ou então culturas tradicionais”, afirma o diretor.

Atualmente, a agência financia mais de 1,2 mil jaticultores em 17 municípios amazonenses, com destaques para Manacapuru, Itacoatiara, Urucará e Parintins. Falabella alertou para investimentos e fortalecimento do setor, para que a produção não sofra, no futuro, ações contrárias de agentes externos.

“Temos que ter cuidado e correr, porque quando perceberem que a juta e a malva estão crescendo no Amazonas vai aparecer aquele para dizer que o saco fabricado aqui não presta e querendo derrubar nosso produto”, observou. Ele disse que um dos sintomas é a importação do Brasil de sacos prontos de outros países.

Juta e malva atraem novos investimentos (continuação)

Financiamento familiar

O gerente de apoio à produção vegetal do Idam, Pedro Jorge Benício, adiantou que este ano o Instituto está em processo de compras de cem mil quilos de semente de malva para a safra de 2012. Com uma parceria conjunta com ADS e Afeam, a meta é que cada família financiada explore até dois hectares de terra.

“Nessa ação, a Afeam entra com o financiamento, o Idam com as sementes e a ADS com o processo de compra e os subsídios ao setor”, acrescentou Benício.

Ele revelou que o Idam está desenvolvendo uma máquina de extração de fibra a seco para agilizar e humanizar a colheita das culturas, uma vez que a malva é semeada na lama e colhida debaixo d’água com o rio ainda cheio. “É um trabalho insalubre, que oferece riscos e que anualmente tem diminuído o número de pessoas que trabalham no ramo. Com a máquina, a extração vai ser melhor”, disse o gerente. Ele adiantou apenas que o equipamento ainda está em fase de protótipos.

Rumo à autossuficiência

Prestes a ser inaugurada oficialmente, a Brasjuta da Amazônia S.A., que já funciona em sistema de teste, pretende – em conjunto com a Afeam – revitalizar o setor na região e tornar o Amazonas autossuficiente na produção de juta e malva nos próximos anos.

De acordo com o diretor-executivo da fábrica, Sebastião Guerreiro, desde que essa PPP foi firmada, em 2008, e o projeto teve aprovação no Conselho de Administração da Suframa (CAS), o interior já apresenta reflexos de revitalização. A Brasjuta tem 12 mil metros quadrados de área no parque fabril e a estimativa de consumo é de aproximadamente seis mil toneladas anuais na fabricação de sacaria e fios de juta. Para início das atividades, a empresa tem estocadas 1,3 mil toneladas de fibras e deve comprar mais duas mil da safra deste ano.

.....
Em período de testes, Brasjuta tem estimativa de consumo de fibra da ordem de seis toneladas por ano para fabricar sacaria e fios de juta

Para auxiliar nos trabalhos, o grupo Mário Guerreiro (MG) está em fase final de uma unidade em Manacapuru, com três mil metros quadrados de área, onde será o centro de recebimento de insumos. As duas unidades vão empregar 400 funcionários. A empresa está em implantação e tem um prazo legal entre dois a três anos para iniciar suas operações em Manaus.

Claro & Escuro

Parlamentares têm atuação pulverizada contra MP dos Tablets

A estratégia definida pela bancada do Amazonas, na reunião de quinta-feira, em Brasília, para atuar contra a MP dos Tablets é individualizada e pulverizada, no primeiro momento. Os parlamentares vão apresentar emendas separadamente e, em seguida, tentar convencer membros do governo federal e colegas na Câmara dos Deputados e no Senado de que é preciso proteger a Zona Franca de Manaus. A atuação pulverizada cumpre dois propósitos: abre mais possibilidades de negociação e expõe individualmente os parlamentares a suas bases eleitorais. Neste fim de semana, grande parte dos envolvidos fez questão de mostrar poder de articulação, em material de divulgação distribuído pelas assessorias.



Só promessas

O senador João Pedro (PT), em boletim eletrônico, cita encontros que teve na semana passada com a presidente Dilma Rousseff e com o ministro de Ciência e Tecnologia, Aluizio Mercadante. Em ambas, apenas recebeu promessas de que a ZFM não será prejudicada.

Bloco na rua

A Força Sindical promete para quinta-feira uma manifestação no Centro de Manaus e em Brasília (lá com a ajuda da Confederação dos Trabalhadores Metalúrgicos) contra a MP dos Tablets. A CUT tem atuado nos bastidores, com os aliados do PT.

Produção

Grupo espanhol adquire 4 mil peças de artesãos

Um grupo de empresários espanhóis visitou Manaus para conhecer a linha de produção artesanal amazonense. Nessa passagem, além de peças do artesanato local, o grupo El Corte Inglés encomendou 4 mil peças dos artesãos que participaram do projeto 'Artesanato Sustentável do Amazonas', que é desenvolvido pela Empresa Estadual de Turismo (Amazonastur).

A visita do grupo teve o ob-

jetivo de aquisição de peças características do Amazonas para comercializá-las nas mais de 80 lojas que os empresários administram no continente europeu.

A missão do El Corte Inglés teve o objetivo de comprar as peças artesanais diretamente da fonte, evitando a participação do atravessador. "Tivemos a oportunidade de apresentar as peças e as técnicas que utilizamos no projeto e isso chamou bastante aten-

ção desses empresários", disse a presidente da Amazonastur, Oreni Braga.

De acordo com a gestora do órgão, os empresários espanhóis conheceram o projeto por meio da APex Brasil, coordenadora da Feira Internacional de Artesanato (FIA), que vai ocorrer em Portugal, no próximo mês. "Nós já fizemos a reserva de espaço na Feira de Portugal e, consequentemente, demos informações sobre o projeto. Daí,

eles informaram ao 'Grupo Brazil Handcraft by Minas Gerais', que estava organizando a vinda do El Corte ao Brasil, sobre o nosso projeto, e os espanhóis compraram a ideia", contou.

Em Manaus, com a parceria da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), o grupo realizou uma rodada de negócios com artesãos amazonenses.

O parintinense Gumercindo Saraiva, que participou do

"Programa Artesanato Sustentável" e da rodada de negócios, disse que esse tipo de ação valoriza ainda mais os trabalhos dos artesãos locais. "Só de evitar o atravessador já é um grande ganho, mas o melhor é que estamos comercializando o nosso trabalho para o mercado europeu. Isso quer dizer que a Europa vai começar a conhecer de fato a marca do artesanato amazonense", disse o artesão.

Artigo - Arthur Virgílio Neto

Tudo ou nada



ARTHUR VIRGÍLIO NETO é diplomata

O PIM vive ameaça. Talvez a maior de todas. Refiro-me à MP 534, que regula a produção de tablets, esse produto que engloba telefone, TV e tudo que processe informação.

No governo Collor, duas Leis de Informática. Sob Fernando Henrique, revisão para compatibilizar a economia amazonense com a indústria tão estratégica para o País: listas positivas e negativas, dizendo o que seria ou não bem de informática.

Reconheço o esforço do então governador Amazonino Mendes e do vice Samuel Hanan que, comigo e o deputado Pauderney Avelino, participaram de várias reuniões no Planalto, duas delas, na mesma noite, com o próprio presidente. Mas, apesar do acordo, fiz discursos e votei contra a matéria. Minha preocupação ia além do instante de alívio: a convergência digital significaria grandes dificuldades para o Amazonas.

Com Lula, prorrogaram-se ZFM até 2023 e Lei de Informática até 2019. Em 2006, Mestrinho, Peres e eu obstruí-

mos por muitos dias a pauta do Senado, no episódio dos set top boxes, que o ministro Hélio Costa queria levar para Minas.

Vencemos. E Lula iludiu Braga, prometendo que ficaria no Amazonas a produção de televisões digitais.

Na ocasião, denunciei que na lei garantiam para o Amazonas a tecnologia velha, deixando em aberto a digital. E que monitores de vídeo, fabricados fo-

ra de Manaus, já cumprem funções de TV: o passo seguinte seria produzir no Centro-Sul.

A MP 534, comprometida com a Foxconn para instalação em Jundiaí, é bofetada

nos amazonenses. O relator, senador Eduardo Braga, tem de articular maioria para garantir os tablets em Manaus. Nada de "fiz o que pude, mas não deu". Ou renuncie à missão.

A elite política tem discurso velho de 30 anos. Demagogia e desconhecimento em vez de seriedade e aplicação.

2012 será o centenário da débacle da borracha. Não sejamos "coronéis" do século 21!

Lula iludiu Braga, prometendo que ficaria no Amazonas a produção de TVs digitais

Artigo -Marcelo Ramos

MP 534



MARCELO RAMOS é advogado e deputado estadual - www.deputadomarceloramos.com.br

A Medida Provisória 534 que criou as condições para a instalação da fábrica de tablets em Jundiaí-SP, preterindo o Polo Industrial de Manaus, foi um dos mais duros golpes já desferidos contra a ZFM, pela perda de investimentos e empregos, além do precedente que abre.

Três fatores contribuíram para esse desfecho.

A decisão política da presidente Dilma que, podendo perder 3,65% de receita para instalar a fábrica em Manaus, preferiu perder 21,25% para beneficiar São Paulo.

A incompetência histórica dos nossos governantes que não nos prepararam para os desafios do mundo moderno e permitiram um colapso logístico com ineficiência em portos, aeroportos, sistemas de comunicação e energia.

A submissão, falta de combatividade e desarticulação política da nossa bancada federal que só reagiu após a publicação da MP e que insiste agora em fazer jogo de cena, a ponto do senador Eduardo Braga dizer que a MP é uma "grande oportunidade" e da senadora Vanessa tentar mu-

dar a história manipulando a data da aprovação da Lei de Informática que é de 1991, quando Collor era presidente, Eduardo Braga deputado federal e Amazonino Mendes senador.

Apesar da dissimulação de parte dos nossos senadores, a instalação da fábrica de tablets em Jundiaí-SP é fato consumado. O Amazonas perdeu os investimentos, os empregos que serão gerados e ainda corre o risco de novas perdas, posto

que a medida pode atingir fabricantes de videogames, celulares e televisores, hoje instalados no PIM.

Agora, o governo federal concebe uma Reforma Tributária que pretende estabelecer

O Amazonas perdeu os investimentos e os empregos que serão gerados

uma alíquota única de ICMS nas operações interestaduais, medida que seria um tiro de misericórdia na Zona Franca de Manaus e que esvazia a promessa da presidente Dilma de prorrogar os incentivos por 50 anos.

Nessa luta em defesa do povo do Amazonas, nossos senadores vergonhosamente jogaram a toalha sem lutar e agora fazem jogo de cena para tentar ludibriar a população.